



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 4, DE 2022

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino de Essuatíni e na República de Madagascar.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 714

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino de Essuatíni e na República de Madagascar.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de dezembro de 2021.

Brasília, 15 de Dezembro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de **ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 1048/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 23 de dezembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino de Essuatíni e na República de Madagascar.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 23/12/2021, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com



fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3090346** e o código CRC **43CB5377** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.009978/2021-60

SEI nº 3090346

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR

CPF: 874.509.097-15

1965 Filho de Adhemar Seabra da Cruz e de Benedita Aguida da Silva Seabra da Cruz, nasce em 2 de outubro, em Petrópolis/RJ.

Dados Acadêmicos:

1987 Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/RJ (UERJ)
1991 CPCD-IRBr
1995 Mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB)
1999 Mestre em Filosofia, Lógica e Método Científico pela London School of Economics and Political Science (LSE), Londres, Reino Unido
2001 Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP)
2001 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr
2009 LIV Curso de Altos Estudos - CAE: "Diplomacia, Desenvolvimento e Sistemas Nacionais de Inovação: Estudo Comparado entre Brasil, China e Reino Unido"

Cargos:

1991 Terceiro-secretário
1996 Segundo-secretário
2005 Primeiro-secretário
2009 Conselheiro
2014 Ministro de segunda classe

Funções:

1991-92 Subchefe da Divisão de Difusão Cultural (DDC)
1992-96 Assessor do chefe do Departamento Cultural (DC)
1996-2000 Embaixada em Londres, segundo-secretário
2000-03 Escritório de Representação do MRE no Rio de Janeiro
2001-03 Diretor nacional do Projeto BRA/00/001, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
2003-06 Embaixada em Lima, segundo-secretário, primeiro-secretário e encarregado de negócios
2006-09 Embaixada em Montevidéu, primeiro-secretário
2009-15 Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia (DCTEC)
2015-16 Assessor especial do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
2016 Coordenador-geral de procedimentos disciplinares - Corregedoria do Serviço Exterior
2016-21 Consulado-Geral em Toronto, côsul-geral adjunto e encarregado do consulado-geral
2021- Embaixada em Varsóvia, ministro-conselheiro

Publicações:

1993 "Brazil's Foreign Policy under Collor". Journal of Interamerican Studies and World Affairs, Miami, v. 35, p. 119-144
2002 "Brazil: coping with the structural constraints", in Diplomacy and Developing Nations: post-Cold War Foreign Policy-Making and Structures. Londres, Frank Cass Publishers (com Lampreia, L. F.)
2003 "Pelo Exemplo e pela Germinação: a atualidade do pensamento de San Tiago Dantas". Ius et Iustitia, São Paulo, vol. 1, pp. 55-78
2004 "Justiça como Equidade: Liberais, Comunitaristas e a Autocrítica de John Rawls". Lumen Juris/RJ
2004 "Paz e Terrorismo", com Proença Jr., D., Brigagão, C. & Valladão, A. (organizadores), Editora HUCITEC/SP
2007 "Um Novo Bipolarismo - Notas Metodológicas para a Definição do Sistema Internacional", in Contexto Internacional (PUC-RJ), vol. 28, pp. 399-464
2009 "Diplomacia, desenvolvimento e sistemas nacionais de inovação: estudo comparado entre Brasil, China e Reino Unido". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, v. 1 p. 288

- 2011 "Globalização, Inovação e Sistema Internacional: o Brasil e as Transformações da Economia Mundial". Revista FAAC, v. 1, p. 165-178
- 2013 "Constituinte e Democratização no Brasil: o impacto das mudanças do sistema internacional". Revista Lua Nova (CEDEC), v. 88, p. 217-256
- 2019 "'Seguro de si mesmo': a política externa brasileira no regime militar: continuidade, adaptação e estratégias para a ordem bipolar", Brasília, FUNAG (no prelo)

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE



OSTENSIVO

ÍNDICE

	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
RELAÇÕES BILATERAIS	5
POLÍTICA INTERNA	19
POLÍTICA EXTERNA	21
ECONOMIA	25
MAPA	29
DADOS COMERCIAIS	30

PERFIS BIOGRÁFICOS



Filipe Jacinto Nyusi - *Presidente da República*. Nascido em 9 de fevereiro de 1959 na província de Cabo Delgado, formou-se em engenharia mecânica (na antiga Tchecoslováquia) e administração (na Universidade de Manchester, na Inglaterra). Foi diretor-executivo da Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), empresa pública que gere os sistemas ferroviário e portuário do país, tendo sido indicado para o conselho diretor da companhia em 1995. Foi nomeado Ministro da Defesa em 2008. Em 2012, foi eleito para o Comitê Central da Frelimo. Em março de 2014, foi escolhido – com o apoio do Presidente Armando Guebuza – candidato da Frelimo à presidência de Moçambique nas eleições gerais daquele ano. Eleito em outubro de 2014, tomou posse em janeiro de 2015 e foi reconduzido ao cargo nas eleições gerais de outubro de 2019.



Carlos Agostinho do Rosário – *Primeiro-Ministro*. Nascido em 26 de outubro de 1954 em Maxixe, foi nomeado Primeiro-Ministro em 15 de janeiro de 2015. É graduado em Economia pela Universidade Eduardo Mondlane e possui mestrado em Agricultura Sustentável e Desenvolvimento Rural pelo Wye College, no Reino Unido. Exerceu funções no Ministério de Obras Públicas entre 1977 e 1983; foi nomeado governador da província de Zambézia em 1987; elegeu-se deputado em 1994, e foi titular da pasta da Pesca e Agricultura entre 1994 e 1999.

Como diplomata, atuou na Índia e no Sri Lanka, e foi embaixador de Moçambique na Indonésia de 2009 a 2015, cargo que deixou para assumir o atual posto de Primeiro-Ministro.



Verónica Nataniel Macamo Dlhovo – *Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação*. Nascida em 1º de novembro de 1957, no Distrito de Bilene, na Província de Gaza. Graduiu-se em Direito na Universidade Eduardo Mondlane. Exerceu cargos de Alfabetizadora na Direção Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos (1978-1983), de Assessora Jurídica de Empresas desde 1994, de Presidente do Conselho de Administração do Fundo do Turismo (2000-2009), de Conselheira de Justiça (2005-2007), de Assessora

Jurídica do Ministro das Finanças (2002-2009). Na carreira política, foi deputada da Assembleia da República de 1994 a 2020, tendo sido, nesse período, Primeira Vice-Presidente da Assembleia da República (2000-2009) e Presidente da Assembleia da República (2010-2020). Além disso, foi também Presidente do Comitê de Modernização da Assembleia da República (1999-2005) e Presidente do Conselho Consultivo de Administração da Assembleia da República (2005-2009). É integrante da Comissão Política da Frelimo, partido governista, desde 1997, e de seu Comitê Central desde 1991, de cujo Secretariado exerceu as funções de Secretária para as Relações Exteriores (1995-1997).

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil mantém relações diplomáticas com Moçambique desde 1975, ano da independência do país, declarada em 25 junho e imediatamente reconhecida pelo Brasil. Em 1º de março de 1976, o então Consulado-Geral do Brasil em Lourenço Marques (antigo nome da capital Maputo) foi transformado na Embaixada do Brasil em Moçambique. A embaixada moçambicana em Brasília, por sua vez, foi aberta em janeiro de 1998.

Moçambique e seu povo têm grandes expectativas com relação ao Brasil. O passado colonial comum, a mesma língua e a forte identidade cultural compõem o pano de fundo a partir do qual a relação bilateral é percebida pelos moçambicanos. O Brasil é visto como país que alcançou estágio de desenvolvimento que permitiria contribuir para a superação de desafios econômicos e sociais em países irmãos como Moçambique.

Aliada a essa percepção positiva, o Brasil tem presença ampla e abrangente no país, sobretudo nas áreas de cooperação e investimento. Moçambique é o maior beneficiário de cooperação brasileira no continente africano, com projetos pioneiros e estruturantes. O Brasil reagiu, ainda, com rapidez, em dois episódios marcantes experimentados por aquele país em 2019: os ciclones Idai e Kenneth, em março e abril, respectivamente.

Reuniões bilaterais

O caráter estratégico das relações bilaterais revela-se pela frequência de visitas de alto nível. O então Presidente Lula visitou três vezes o país – em 2003, 2008 e 2010. A então Presidente Dilma Rousseff visitou Moçambique em 2011. O então Vice-Presidente Michel Temer visitou Maputo em 2012, no contexto da Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O então Presidente moçambicano Armando Guebuza também visitou o Brasil três vezes – em 2007, 2009 e 2012 (no contexto da Rio+20). O Presidente Filipe Nyusi, ainda na condição de candidato à presidência, esteve no Brasil em 2014.

O então Chanceler Oldemiro Balói visitou o Brasil em novembro de 2016, por ocasião da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. O Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira esteve em Maputo em 2015, e, em 2017, o Ministro Aloysio Nunes Ferreira visitou Moçambique.

Os chanceleres, que já trocaram convites para visitas a seus países, têm mantido contato frequente para tratar da vasta agenda bilateral, tendo sido o último encontro à margem da 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2021. Na ocasião, conversaram sobre cooperação técnica e humanitária, comércio e investimentos, cooperação em defesa, entre outros.

Mecanismo de consultas políticas

Brasil e Moçambique firmaram, em 11/05/2017, Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas, que entrou em vigor na data de sua assinatura. O instrumento prevê reuniões regulares sobre temas bilaterais, bem como sobre questões regionais e internacionais de interesse comum, a serem realizadas alternadamente no Brasil e em Moçambique.

Em janeiro de 2019, o então ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, José Pacheco, manifestou interesse em visitar o Brasil e inaugurar o mecanismo, cuja primeira reunião poderia servir também para preparar eventual visita do presidente Filipe Nyusi ao país – o que não se concretizou. Em janeiro de 2020, na cerimônia de posse de seu segundo

mandato, o presidente Nyusi manifestou pessoalmente ao embaixador Ruy Pereira, representante do Senhor PR na ocasião, a intenção de viajar ao Brasil.

À exceção de encontros à margem da Cúpula e do Conselho de Ministros da CPLP, a última visita bilateral de um MNE moçambicano ao Brasil ocorreu em 2011. Desde então, três ex-chanceleres brasileiros estiveram em Maputo: em 2012, 2015 e 2017.

Cooperação técnica

Moçambique é o maior beneficiário da cooperação brasileira com recursos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) na África, com iniciativas em áreas diversificadas (saúde, agricultura, educação, formação profissional, entre outros) e projetos estruturantes.

As ações de cooperação técnica com Moçambique estão amparadas pelo Acordo Geral de Cooperação, promulgado em 15 de setembro de 1981. Devido ao intenso programa de cooperação entre os países, um novo acordo mais abrangente foi firmado em 30 de março de 2015, mas, no momento, ainda segue em tramitação no Congresso Nacional.

As iniciativas de cooperação técnica bilateral com Moçambique foram afetadas, a partir do início de 2019, em função da passagem devastadora dos ciclones Kenneth e Idai, que mobilizou os esforços governamentais para a superação da destruição causada no país, em especial em sua estrutura produtiva e de segurança alimentar e nutricional. Em 2020, a pandemia de Covid-19 também afetou fortemente a execução e prospecção de projetos. A partir do segundo semestre de 2021, os projetos interrompidos durante a pandemia vêm sendo retomados.

O programa de cooperação bilateral com Moçambique conta com 6 (seis) projetos de cooperação em execução:

1. *Centro de Formação Profissional Brasil-Moçambique – Fase II*: em colaboração com o SENAI, o projeto tem como objetivo implementar um Centro de Formação Profissional na área de alimentos em Nampula, bem como criar unidades de formação na mesma área nas escolas de Malema e Cuamba, situadas na região Norte de Moçambique;
2. *Capacitação em Produção de Medicamentos Antirretrovirais*: o projeto, em colaboração com a FIOCRUZ, tem previsão de vigência até 2022 e é complementar à implantação da fábrica de medicamentos em Moçambique, e tem como objetivo capacitar os profissionais moçambicanos que atuarão nas operações de produção de produtos farmacêuticos. Foi recentemente assinada sua revisão, para acomodar algumas alterações nas atividades, como, por exemplo, a capacitação à distância, em função das dificuldades de locomoção internacional decorrentes da pandemia da COVID-19.
3. *Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Moçambique – Fase II*: a iniciativa tem o intuito de contribuir para a redução do déficit habitacional em Moçambique. Na execução do projeto, cerca de 100 técnicos brasileiros promoveram ações de capacitação e transferência de tecnologia, assim como vieram ao Brasil 22 técnicos moçambicanos. Considera-se que mais de 200 técnicos moçambicanos foram capacitados, tanto da administração pública quanto da sociedade civil. O projeto está em fase de conclusão, e realizam-se agora as atividades de avaliação;
4. *Capacitação Jurídica de Formadores e Magistrados*: o projeto pretende aprimorar o acesso e a aplicação da Justiça no país, dotando as instituições moçambicanas de recursos humanos

qualificados e motivados para o desempenho de suas atribuições. Prevê a capacitação de formadores do Centro de Formação Jurídica e Judiciária em Moçambique, de lideranças da magistratura moçambicana e demais magistrados para a elaboração de instrumentos eficazes de atuação no âmbito penal e no de interesses gerais e difusos. Serão capacitados 60 (sessenta) formadores e magistrados moçambicanos. Duas turmas já foram capacitadas;

5. *Implantação de Banco de Leite Humano e de Centro de Lactação em Moçambique*: os dois projetos são implementados conjuntamente. A Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano (REDEBLH-BR) é reconhecida pela Organização Mundial de Saúde – OMS e tem dado suporte aos países africanos que implantaram Bancos de Leite Humano, com base no modelo brasileiro. A implantação dos projetos consiste em estabelecer uma unidade de Banco de Leite Humano no Hospital Central de Maputo, o que contribuirá para redução da mortalidade materna, neonatal e infantil em Moçambique
6. *Apoio à Implantação do Centro de Telessaúde, da Biblioteca, e do Programa de Ensino a Distância em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente de Moçambique*: ambos os projetos são implementados conjuntamente e se propõem a desenvolver competências locais, por meio de qualificação de recursos humanos, para atuarem como multiplicadores das ações estratégicas de saúde da mulher e do recém-nascido; e assim formar a massa crítica necessária para processar as demandas do setor.

Há, ainda, duas ações simplificadas em execução:

1. *Apoio à consolidação da MoRENet*: o projeto desenvolverá ações de capacitação técnica em engenharia, gestão e governança de redes nacionais avançadas.
2. *BRAMOTEC II - Fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica de Moçambique*: tem o objetivo de melhorar a qualificação de 64 professores moçambicanos nas áreas de Agricultura (30), Design de Interiores (10) e Turismo & Hotelaria (24);

Cooperação Técnica Trilateral com Países Desenvolvidos

Moçambique também é beneficiado com as seguintes iniciativas do Programa de Treinamento para Terceiros Países – TCTP, no âmbito do Programa de Parceria Brasil-Japão – JBPP.

1. *ProSavana (PEM – Projetos de Extensão e Modelos)*: as formações propostas no âmbito do “ProSavana-PEM Programa de Formação de Capacidades em Extensão Rural. Corredor de Nacala” têm por objetivo o fortalecimento da extensão rural como indutora do desenvolvimento rural integrado e sustentável em Moçambique. As capacitações visam fortalecer o Sistema Nacional de Extensão (SISNE) e os Serviços Unificados de Extensão (SUE) por meio de três componentes técnico-científicos: a concepção e operacionalização da extensão rural como sistema; banco de dados e informações estruturadas pelo Sistema de Recolha e Análise de Dados (Plataforma SIRADE); e a exploração da agropecuária pela base técnica da agricultura de conservação. Até o presente momento foram treinados 118 técnicos da Direção Nacional de Extensão Agrária – DNEA de Moçambique.
2. *Curso Internacional de Atenção Humanizada à Mulher e ao Recém-Nascido – promovido pelo Hospital Sofia Feldmann, de Belo Horizonte*: o curso é direcionado a profissionais de saúde e gestores de unidades de atendimentos de saúde e hospitais de Angola e Moçambique, e tem como propósito capacitá-los para a humanização do parto.
3. *Curso Internacional de Capacitação para Gestores de Unidades de Formação Profissional dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI – São Paulo)*: o curso tem como objetivo propiciar visão sistêmica do processo de educação profissional, envolvendo planejamento, implantação e gestão de unidades escolares, considerando aspectos econômicos, socioculturais e ambientais, e permitindo aos participantes conceituar estrutura de gestão de unidades de formação profissional; analisar e avaliar conhecimentos, habilidades e atitudes do diretor ou gestor de processo de unidade de formação profissional; compreender práticas exitosas de gestão e de direção de unidades de formação profissional; experimentar vivências em diferentes ambientes de ensino e em ambientes industriais; e conhecer técnicas para aproximar o setor produtivo das unidades de formação profissional.

A parceria de cooperação técnica trilateral com Portugal está amparada pelo “Memorando de Entendimento para o Desenvolvimento de Ações de Cooperação Trilateral para o Desenvolvimento em Terceiros Países”, assinado em 01/11/2016, em Brasília, à margem da Cimeira Luso-Brasileira.

1. *Produção Sustentável de Café no Parque Nacional da Gorongosa como um Sistema Agroflorestal Integrado no Contexto da Deflorestação, Alterações Climáticas e Segurança Alimentar*. Por meio da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o Brasil apoia os técnicos e agricultores locais do Parque Nacional da Gorongosa no melhoramento dos atuais sistemas de produção de café, com a introdução e otimização das práticas de desenvolvimento sustentável.

Além das ações de capacitação, o Brasil apoiará a elaboração de um manual de boas práticas de gestão e manejo da cultura (plantio; colheita; e armazenagem de café) para as comunidades locais em Moçambique. Espera-se, igualmente, apoiar o Governo moçambicano na obtenção de certificação de qualidade do café de acordo com os padrões internacionais.

Cooperação técnica regional

Programa de capacitação de diplomatas: o Instituto Rio Branco (IRBr) implementa, em parceria com a ABC, desde o ano de 2008, programa de capacitação para diplomatas estrangeiros com vistas a atender jovens profissionais dos Estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Até o ano de 2020, formaram-se no IRBr 6 diplomatas moçambicanos. No biênio 2021/2022, um moçambicano participa do programa.

Programa de capacitação de militares: a ABC, em parceria com o Ministério da Defesa, tem apoiado, desde o ano de 2009, a oferta de vagas para militares da América Latina e da África em diversos cursos nas Academias das Forças Armadas brasileiras. No período de 2009 a 2020, foram capacitados 144 militares moçambicanos nesse programa. Para 2022, está confirmada a oferta vagas para 8 militares moçambicanos.

Projeto Regional de Fortalecimento do Setor Algodoeiro nas Bacias do Baixo Shire e Zambeze: o projeto, executado em parceria com a EMBRAPA, foi assinado em 2014, e tem por objetivo ampliar a capacidade institucional e de recursos humanos nacionais (pesquisadores, extensionistas e produtores-líderes), do Malawi e de Moçambique, na utilização e difusão de tecnologias de produção do algodão em pequenas propriedades. Renovado até junho de 2022, o projeto entrará em seu último ano de execução, já tendo realizado 93 missões, 15 cursos de treinamentos e 8 “dias de campo”, nos quais houve o envolvimento de aproximadamente 2 mil pessoas, entre técnicos do projeto, representantes da ABC e da EMBRAPA, bem como de outras instituições. Após a avaliação final dos impactos do projeto, concluiu-se que os principais ganhos para os países africanos foram o aumento de renda dos produtores, a melhoria na gestão das propriedades agrícolas, a internalização de boas práticas na produção do algodão, o aumento na produção e na produtividade de algodão (dobrou a produção), o fortalecimento técnico das instituições envolvidas, a melhoria e a aprovação da lei de sementes certificadas, a melhoria das infraestruturas e a aquisição de equipamentos e veículos.

Brasil – PALOP + Timor Leste – Portugal

1. *PROCULTURA* – (“*Promoção do Emprego nas Atividades Geradoras de Rendimento no Setor Cultural nos PALOP e Timor-Leste*”). O projeto está em fase de assinatura. O PROCULTURA tem por objetivo contribuir para o aumento do emprego e das atividades geradoras de rendimento nos PALOP-Timor Leste. O projeto destina-se a instituições de ensino técnico e formação profissional; instituições de ensino superior; tutelas da cultura; estudantes do ensino secundário e superior; criadores e profissionais líderes de desenvolvimento dos setores culturais; operadores econômicos nos setores da música, de artes cênicas e da literatura e, como beneficiários finais, os operadores dos setores da cultura, em particular da música, das artes cênicas e da literatura e cidadãos dos PALOP e Timor-Leste.

Cooperação Técnica Trilateral com Organismos Internacionais

Estão em execução dois projetos de cooperação trilateral com organismos internacionais nas áreas de subprodutos e culturas associadas ao algodão (Alternativas de Produção e Escoamento dos Subprodutos do Algodão e Culturas Associadas em Moçambique), em parceria com o Programa Mundial de Alimentação (PMA); e de trabalho decente na cadeia de algodão (Cooperação Sul-Sul para a Promoção do Trabalho Decente nos países produtores de algodão na África e na América Latina – GLO/14/45/BRA, dentre os quais faz parte Moçambique), em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

1. Alternativas de Produção e Escoamento dos Subprodutos do Algodão e Culturas Associadas em Moçambique. O objetivo do projeto-país é apoiar pequenos produtores de algodão e instituições públicas no escoamento da produção dos subprodutos do algodão (óleo, torta, etc.) e de produtos advindos da produção consorciada de algodão (milho, sorgo, feijão etc.), com vistas a contribuir para o aumento de renda dos pequenos produtores e para sua segurança alimentar e nutricional. Em março de 2021, foi realizado o primeiro Comitê de Acompanhamento de Projeto (CAP), quando foi discutido e aprovado o plano de trabalho para 2021. Foi realizada, em agosto de 2021, visita de campo da coordenadora do projeto às províncias de Tete e de Manica para a apresentação do detalhamento do projeto, bem como para reforçar a importância do envolvimento, ativo e direto, dos técnicos do Serviços Distrital de Atividade Econômica (SDAE), que serão treinados e farão a disseminação de conhecimento e técnicas de plantio aos agricultores. Encontram-se em elaboração cursos virtuais sobre a análise de solo e de manejo da cultura do algodão, que poderão ser lançados no primeiro trimestre de 2022.

2. Cooperação Sul-Sul para a Promoção do Trabalho Decente nos países produtores de algodão em Moçambique. O objetivo do projeto-país é contribuir com a promoção do trabalho digno, a fim de melhorar as condições de trabalho ao longo da cadeia do algodão em Moçambique, com base nos Direitos e Princípios Fundamentais do Trabalho. De modo a viabilizar a negociação do projeto-país, em agosto de 2017, foi realizada missão de prospecção com a participação do Governo moçambicano e de instituições privadas e da sociedade civil locais, representadas pelo então Instituto de Algodão de Moçambique (IAM), pelo Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM), pelo Fórum Nacional de Produtores de Algodão (FONPA), pelo Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e Florestas (SINTAF) e pela Universidade Eduardo Mondlane, dentre outros, além das citadas contrapartes brasileiras. Em fevereiro de 2020, foi realizado o primeiro Comitê de Acompanhamento de Projeto (CAP) e elaborado o planejamento para a implementação das atividades. O projeto foi assinado em abril de 2021, iniciando-se, na sequência, a implementação de suas atividades por meio virtual, em decorrência da pandemia da COVID-19

Cooperação Técnica com a CPLP

Dentre os projetos que o Brasil implementa em parceria com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Moçambique é parceiro em dois:

Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES): executado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). A iniciativa prioriza o intercâmbio do conhecimento e a mobilidade acadêmica no espaço da Comunidade. Estudantes, docentes, coordenadores de cursos, gestores e técnicos das instituições públicas de ensino superior dos Estados membros são os beneficiários diretos deste projeto.

Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP: executado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA), o projeto tem como objetivo apoiar os governos dos Estados membros da Comunidade na gestão dos recursos hídricos locais, por meio da transferência de tecnologia de redes e sistemas locais de monitoramento hidrológico; da capacitação de quadros de funcionários locais; e também da promoção de intercâmbio de experiências no desenvolvimento de marcos legais e de gestão de instituições responsáveis pelo tema.

Cooperação humanitária

Moçambique é parceiro prioritário da cooperação humanitária do Brasil.

Ciclones Idai e Kenneth

O ciclone Idai, que atingiu Moçambique em 14 de março de 2019, foi considerado o mais grave desastre natural de que se tinha registro naquele país. Não apenas o número de vítimas fatais elevou-se a mais de 1.300 pessoas, como também extenso dano foi causado à infraestrutura, incluindo a destruição de lavouras às vésperas da colheita. Além do cenário de insegurança alimentar, grave surto de cólera alastrou-se pela região central do país, que não dispunha de meios eficazes para combater a enfermidade. Além dos milhares de casos confirmados da doença, o número de infectados pela malária também subiu exponencialmente, chegando a mais de quinze mil pacientes. Simultaneamente, milhares de famílias ficaram desabrigadas.

A situação em Moçambique agravou-se ainda mais no dia 25 de abril daquele ano, quando o ciclone Kenneth, o mais forte já registrado em todo o continente africano, com ventos de até 220km/h, atingiu a província de Cabo Delgado, no norte do país. Apesar das ações preventivas adotadas, inclusive com o apoio brasileiro, o novo ciclone gerou mais algumas centenas de mortos e dezenas de milhares de desabrigados.

No contexto da catástrofe humanitária de grande porte representada pelo ciclone Idai, o Brasil empreendeu seus melhores esforços para auxiliar Moçambique nos trabalhos de resgate e assistência às vítimas.

No âmbito da CPLP, criou-se rubrica específica, em seu Fundo Especial, voltada a receber doações para Moçambique. Estados membros, Observadores Associados e terceiros países foram convidados a doar recursos, a serem remetidos para o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades moçambicano. O Brasil, além de colaborar com a doação de 100 mil euros provenientes de sua

contribuição ao Fundo Especial da CPLP, também contribuiu para minorar os efeitos do desastre, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Além da doação via CPLP, o Brasil prontamente ofereceu imagens satelitais para apoiar os trabalhos de resgate e salvamento no terreno. Enviou, ainda, duas aeronaves da FAB, com 40 bombeiros da Força Nacional e do Corpo de Bombeiros Militar do estado de Minas Gerais, bem como kits de uso emergencial, num total de 865 quilos de medicamentos. A gravidade da situação fez com que a missão, inicialmente prevista para cerca de 15 dias, fosse prorrogada por mais 20 dias.

Após o agravamento da situação humanitária no país, causado pela passagem do ciclone Kenneth, o Brasil aceitou o pedido do governo moçambicano no sentido de autorizar que os 30 bombeiros que se encontravam na região atingida pelo ciclone Idai fossem transferidos para a região norte de Moçambique, assolada pelo segundo ciclone. Adicionalmente, atendendo a novo pedido do país africano, o Brasil enviou outra equipe de socorristas, para substituir os bombeiros, acrescida de dez especialistas em saúde pública. O apoio brasileiro foi extensamente reconhecido pelo governo e pela sociedade moçambicanos.

Ademais, foi aberta conta bancária pela Caixa Econômica Federal, em nome do PMA, e campanha pública junto à sociedade brasileira que arrecadou cerca de US\$ 100 mil para apoio aos esforços de recuperação e reconstrução em Moçambique.

Pandemia de Covid-19

Com a declaração da Organização Mundial da Saúde de que o surto do novo coronavírus constituía Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, o Brasil contribuiu para o enfrentamento à pandemia em Moçambique mediante doação de US\$ 100 mil, com apoio do PMA, para a aquisição de equipamentos e insumos médico-hospitalares.

Em seguimento aos compromissos assumidos em 2019, o Brasil está ultimando as providências para o envio, com o apoio do PMA, da doação de 4 mil toneladas de arroz beneficiado dos estoques públicos brasileiros administrados pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para reforçar a segurança alimentar e nutricional moçambicana, ainda mais afetada pela pandemia.

Antibiótico azitromicina

Em 7 de julho de 2021, foi realizada entrega simbólica ao ministro da Saúde de Moçambique, Armando Tiago, da doação brasileira de 18,3 mil ampolas do antibiótico injetável azitromicina 500mg, constante da Lista de Medicamentos Essenciais da Organização Mundial de Saúde.

Doação humanitária brasileira para Cabo Delgado

O Brasil realizou a doação de 100 mil euros ao PMA em Moçambique, destacados de recursos depositados no Fundo Especial da CPLP, com o objetivo de contribuir para minorar a insegurança alimentar no quadro da crise humanitária na província de Cabo Delgado.

A iniciativa integra um amplo programa de iniciativas de cooperação com Moçambique que está sendo formulado pela Agência Brasileira de Cooperação para beneficiar, direta e indiretamente, a segurança pública e o desenvolvimento econômico e social de Moçambique.

De acordo com o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UNOCHA, na sigla em inglês), o deslocamento contínuo e a destruição dos meios de subsistência estariam exaurindo os recursos escassos das famílias, levando a uma grave crise de fome em meio a várias emergências de saúde e proteção. Um terço de toda a população de Cabo Delgado seria constituída de deslocados internos.

Cooperação Educacional

O Brasil é importante parceiro na formação de cidadãos moçambicanos. A título de exemplo, Moçambique é um dos principais beneficiários dos programas de bolsas para formação universitária de graduação e pós-graduação do governo federal e das universidades públicas brasileiras. Centenas de moçambicanos fizeram seus estudos universitários no Brasil, em especial no âmbito do Programa de Estudantes Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) e na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

PEC-G/PEC-PG

O PEC-G, criado em 1965, promove o acesso a cursos de graduação em todas as áreas do conhecimento, por meio da oferta gratuita em 111 Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, das quais 61 federais, 17 estaduais e 33 privadas.

Desde 2000, foram selecionados 237 estudantes moçambicanos para o PEC-G, conforme detalhamento abaixo:

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
12	13	27	21	26	27	13	9	4	4	9	
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
7	8	13	18	9	1	3	2	8	3	0	237

No ano de 2020 houve 3 estudantes selecionados (ver tabela acima).

Bolsistas moçambicanos apoiados pelo MRE

Os estudantes do PEC-G podem receber bolsas de estudo do governo brasileiro em casos específicos. Atualmente, o MRE oferece as seguintes bolsas pelo período de um semestre, passíveis de renovação:

- Bolsa Mérito: concedida a estudantes-convênio que apresentem notável rendimento acadêmico. Além da bolsa, o aluno recebe passagem aérea de retorno ao seu país, após o término da graduação.

- Bolsa MRE: dada a estudantes-convênio de instituições não federais que apresentem debilitada situação financeira após um ano de permanência no Brasil.

O Ministério da Educação também oferece bolsas, de igual valor, a estudantes PEC-G de Universidades Federais, conhecidas pela sigla Promisaes (abreviatura de Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior). O repasse, entretanto, é feito diretamente às universidades federais participantes, que se encarregam dos respectivos processos seletivos.

Programa de Estudantes–Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG)

No mais recente edital do Programa (segundo semestre de 2018 e ingresso em 2019, exclusivo para doutorados) foram ofertadas 65 bolsas para moçambicanos do total geral de 103, o que colocou o país em posição de relevo. Angola e Colômbia, nas posições seguintes, receberam 7 e 4 bolsas, respectivamente.

No período de 2000 a 2019, foram selecionados 485 bolsistas moçambicanos. No ranking de países beneficiários, Moçambique ocupa atualmente a segunda posição, atrás da Colômbia (724), seguido de Peru (344) e Cabo Verde (163).

A seleção e o pagamento das bolsas PEC-G são de competência da CAPES e do CNPq.

Programa de Cooperação Estratégica com o Sul Global da CAPES

Com vistas a centralizar e harmonizar as políticas de apoio às relações entre Instituições de Ensino Superior brasileiras e parceiros situados fora do eixo prioritário do Programa Institucional de Internacionalização (PrInt), a CAPES lançou em 2019 o Programa de Cooperação Estratégica com o Sul Global (COOPBRASS), voltado a estimular a formação de redes de pesquisa e aprimorar a produção acadêmica conjunta com os países com os quais o Brasil mantém acordo de cooperação educacional. Dos 10 projetos selecionados em 2019, um contemplou o Instituto Nacional de Saúde de Moçambique, em parceria com a FIOCRUZ. O programa tem duração prevista de até 4 anos, tendo iniciado em 2020.

UNILAB

A Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (Unilab) é instituição vinculada ao Ministério da Educação voltada para capacitação das juventudes brasileira e africana, com sede em Redenção, no Ceará, e unidade em São Francisco do Conde, na Bahia. A Unilab iniciou suas primeiras turmas de graduação em 2011, com a oferta dos cursos de Agronomia, Administração Pública, Ciências da Natureza e Matemática, Enfermagem e Engenharia de Energias e Letras. Participam da seleção nacionais dos países africanos de língua portuguesa e do Timor Leste.

Desde sua criação, a Unilab já formou 22 alunos de Moçambique em cursos de graduação nas mais diversas áreas. Atualmente, a universidade conta com 40 alunos moçambicanos ativos na graduação, e um na pós-graduação (mestrado).

A Unilab assinou, em abril de 2021, acordo de cooperação com o Instituto de Bolsas de Estudo (IBE) de Moçambique para ampliar a presença moçambicana naquela instituição acadêmica brasileira. Com vigência de cinco anos, o acordo prevê a oferta de 180 bolsas anuais de graduação, pós-graduação e capacitação de quadros.

Cooperação Educacional-Militar | Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros - PEPME

Moçambique apresenta regularmente candidatos ao Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME), oferecido pelo Estado Maior da Armada (EMA), destinado à formação e ao aperfeiçoamento de Oficiais da Marinha Mercante provenientes de países em desenvolvimento de interesse estratégico. O Programa oferece cursos de formação ministrados em português, com a inclusão de custeio de alojamento, alimentação, uniforme, auxílio financeiro, entre outras facilidades proporcionadas ao aluno.

No âmbito do PEPME 2018, foram selecionados 8 moçambicanos para participar dos cursos de graduação de Oficial de Náutica de Navegação (FONT) e de Oficial de Máquinas (FOMQ). Não houve, contudo, candidaturas moçambicanas em 2019, 2020 e 2021.

ProAfri

O Programa dedica-se à Formação de Professores de Educação Superior de Países Africanos (ProAfri) foi iniciado em 2018. Total de 74 docentes moçambicanos foram admitidos no primeiro ano do programa, com bolsas, para a realização de seus cursos de mestrado ou doutorado em Instituições de Ensino Superior brasileiras, ao tempo em que mantiveram o vínculo com as instituições nas quais lecionam em Moçambique. Na segunda edição do ProAfri, em 2021, 75 professores universitários moçambicanos foram aprovados para estudos de mestrado e doutorado no Brasil.

O ProAfri tem o potencial de converter-se em valioso aporte ao desenvolvimento de longo prazo de Moçambique, uma vez que se trata de investimento educacional com elevado potencial multiplicador. O objetivo do ProAfri é dotar Moçambique de autonomia para formação de professores e pesquisadores. Terá significativo impacto, uma vez que diagnóstico do próprio governo moçambicano aponta a insuficiente qualificação do corpo docente como principal gargalo para a qualidade do ensino.

Atualmente há 48 instituições de ensino superior legalmente constituídas em Moçambique. Elas contam com cerca de 5.300 docentes em regime de dedicação integral. Destes, cerca de 540 são doutores e 1700, mestres. Os demais, quase 60% do total, possuem apenas a graduação.

Ensino técnico profissionalizante

Na área de ensino técnico e profissionalizante, têm sido implementadas iniciativas como o projeto "BRAMOTEC II", que tem como objetivo fortalecer a formação de 64 professores moçambicanos nas áreas de Agricultura, Design de Interiores e Turismo & Hotelaria.

A ação conta com envolvimento do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) e do Ministério da Educação. Em face das limitações de locomoção internacional resultantes da pandemia de Covid-19, parte das atividades previstas no âmbito do programa foi postergada.

Cooperação em defesa

Com território de cerca de 800 mil km² e costa de aproximadamente 2,5 mil km, Moçambique é grande receptor de cooperação no setor, provida por países como Estados Unidos, China, França e Rússia. No âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Brasil e Portugal despontam como os principais colaboradores.

A atuação da Adidância de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutica junto à Embaixada em Maputo tem dinamizado a cooperação na área.

O Brasil mantém colaboração com o Instituto Superior de Estudos de Defesa de Moçambique (ISEDEF), instituição na qual, desde a sua fundação, instrutores militares brasileiros provenientes das três Forças têm participado da formação de oficiais moçambicanos. De 2019 a 2021, cerca de 400 militares moçambicanos foram beneficiados pelo intercâmbio com os instrutores brasileiros, cuja atuação se tem concentrado em cinco disciplinas: Curso de Altos

Comandos; Curso de Estado-Maior Conjunto; Curso de Adequação de Quadros; Curso de Promoção a Oficial Superior; e Curso de Chefe de Operações. Esses cursos tratam de assuntos como fundamentos de estratégia, técnicas de Estado-Maior, operações defensivas, operações de cooperação e coordenação com agências, operações conjuntas e combinadas, doutrina naval e legislação aeronáutica.

Além desse apoio, os instrutores brasileiros têm assessorado o Comando do ISEDEF e das Forças Armadas e de Defesa de Moçambique em questões técnicas militares, quando solicitados. Em 2021, destacaram-se as seguintes demandas: alteração de grade curricular do Instituto, preparação de militares para atuação em operações psicológicas, apoio na montagem de Curso de Paz e Segurança da Universidade do Rovuma, apresentação da sistemática de gestão de pessoal do Exército Brasileiro e participação em seminários.

Militares moçambicanos também recebem formação em instituições brasileiras, como a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), do Exército – que acolhe, neste momento, seis cadetes moçambicanos – a Escola Naval e a Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR), entre outras, em intercâmbios que contam com envolvimento da Embaixada e de sua Adidância militar, particularmente no que toca ao processo de prospecção de interesses e necessidades por parte do governo moçambicano, ao processo de seleção de oficiais para os cursos e ao apoio prestado aos contemplados. Adicionalmente, a Escola Superior de Ciências Náuticas de Moçambique (ESCN), vinculada ao Ministério dos Transportes e Comunicação, tem histórico de participação de seus alunos nos cursos de graduação do Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros da Marinha do Brasil.

Cooperação em Energia

Moçambique é um dos países com maior potencial energético da África. Possui grandes reservas estimadas de carvão (23 bilhões de toneladas) e de gás natural (127 bilhões de metros cúbicos comprovados), além de elevado potencial de geração de energias renováveis, como eólica (4.700 MW), solar (2.700 MW) e bioenergia (2.200 MW).

Ademais, o país é o sétimo maior produtor de energia hidrelétrica na África subsaariana (2.187 MW) e apresenta um dos maiores potenciais hidrelétricos no continente (19.000 MW), ainda pouco aproveitado, o que representa boa perspectiva para investimentos, tanto na construção de usinas quanto na implantação de linhas de transmissão, do que o país é particularmente carente.

Quanto à geração elétrica, a maior parte advém de fontes renováveis, principalmente de usinas hidrelétricas (86%, 2015).

Moçambique apresenta forte aptidão agrícola, havendo grande potencial de produção de biocombustíveis, em razão de condições agroclimáticas favoráveis e da disponibilidade de terras aráveis (mais de 60 milhões de hectares), além de localização geográfica privilegiada para o escoamento da produção para Ásia, Europa e África do Sul. Pode-se destacar o potencial do país para produção de bioetanol a partir de cana-de-açúcar, especialmente tendo em vista a existência de quatro grandes usinas de açúcar já instaladas no país, uma delas, a Açucareira de Sena, na província de Sofala, controlada pelo grupo brasileiro Guarani.

O uso da biomassa para a produção de combustíveis de transportes e cogeração de eletricidade, contudo, ainda é incipiente. Apesar de a legislação moçambicana prever a mistura de

10% de etanol à gasolina (E10), o governo tem enfrentado obstáculos para sua implementação, principalmente devido à carência de capacitação técnica em áreas como fiscalização e regulação.

Gás Natural

A confirmação, em 2011, de vultosas reservas de gás natural na Bacia do Rovuma, no extremo norte do país, e o projeto de liquefação de gás deverão posicionar Moçambique entre os maiores exportadores mundiais de gás. Além das oportunidades que poderão surgir para empresas brasileiras nesse processo, o Brasil poderá seguir contribuindo com Moçambique no compartilhamento de experiências.

Moçambique tem o potencial de se tornar o terceiro maior exportador de gás do mundo, na esteira do desenvolvimento das reservas da bacia do Rovuma, situada na província de Cabo Delgado. Preveem-se, para os próximos anos, expressivos investimentos internacionais, da ordem de 60 bilhões de dólares, para o aproveitamento dos hidrocarbonetos. Entre as grandes empresas de energia, a norte-americana ExxonMobil e a francesa Total desenvolvem projeto de Gás Natural Liquefeito (GNL) na localidade.

Realizou-se, em dezembro de 2020, o III Seminário Brasil-Moçambique de Petróleo, Gás e Setores Correlatos. Considerado um sucesso por ambas as partes, o evento foi organizado pela Embaixada do Brasil em Maputo, em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil) e a estatal moçambicana Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH). Entre os temas abordados, sublinhou-se que a experiência do Brasil na modernização do ambiente regulatório, na oferta periódica de áreas ao mercado e na subsequente atração de grandes multinacionais para o aproveitamento das reservas do pré-sal poderá ser compartilhada com a parte moçambicana, à luz do desenvolvimento do setor gasífero naquele país.

Investimentos

A presença econômica brasileira em Moçambique é marcante e diversificada. Segundo dados do Ministério da Planificação e Desenvolvimento de Moçambique, o Brasil é hoje o maior investidor estrangeiro no país. Teve papel crucial na construção desse cenário a participação da Vale no projeto do Corredor Logístico Integrado de Nacala. Estima-se que o investimento total da mineradora em Moçambique ultrapasse a casa dos USD 10 bilhões.

Não há registro de fluxos recentes de investimentos moçambicanos no Brasil.

Comércio bilateral

A corrente total de comércio fechou o ano de 2020 em US\$ 72,3 milhões, revelando uma variação negativa da ordem de 50% em relação ao ano anterior. Tanto as exportações brasileiras (US\$ 33,5 milhões, queda de 4,5%) quanto as importações (US\$ 38,8 milhões, queda de 65,3%) apresentaram variação negativa em comparação a 2019.

O recuo acentuado das importações, especificamente, deve-se em grande medida à redução das compras de carvão tipo hulha, extraído pela Vale Moçambique da mina de Moatize. A empresa brasileira manteve por extenso período de tempo suas unidades de processamento paradas, em razão de trabalhos de manutenção e de readequação das plantas.

Os bens com maior peso na pauta exportadora brasileira em 2020 foram, por ordem de importância, produtos residuais de petróleo (15%), gordura e óleos vegetais (14%), carnes de aves

(11%), sais e peróxossais (5,7%), produtos da indústria de transformação (4,8%), calçados (4,5%), artigos de borracha (3,7%) e produtos de perfumaria (3%).

Quanto às importações de produtos moçambicanos, além do carvão tipo hulha (90%), destaca-se apenas o tabaco (7,4%). Vale registrar que, apesar da queda abrupta nos fluxos comerciais, o perfil das pautas permanece basicamente inalterado, com razoável diversificação de exportações brasileiras e forte concentração das importações.

POLÍTICA INTERNA

Colônia portuguesa por mais de 400 anos, Moçambique tornou-se independente em 1975. No entanto, o país viu-se mergulhado em guerra civil que opôs a Renamo (Resistência Nacional de Moçambique) ao governo da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) de 1977 até 1992, quando se assinou Acordo de Paz, conhecido como “Acordo de Roma”.

O fato de o Acordo de Paz ter sido implementado sem maiores turbulências conferiu prestígio internacional ao país. A realização de eleições multipartidárias (1994, 1999, 2004, 2009, 2014 e 2019) de forma regular, democrática e pacífica; o pleno funcionamento da Assembleia da República; e a liberdade de expressão, religiosa e de associação chegaram a situar Moçambique como modelo para países em situação pós-conflito.

Apesar do Acordo de Paz e da realização regular de eleições, os desentendimentos entre a Frelimo e a Renamo nunca foram inteiramente superados. Persistem desavenças em certos assuntos, tais como o desarmamento total da Renamo e a incorporação de suas forças residuais às Forças Armadas de Moçambique.

Processo de paz

Em 6 agosto de 2019, foi assinado, em Maputo, o Acordo de Paz e Reconciliação. O evento histórico foi apresentado como conclusão do processo de paz entre o governo moçambicano e a Renamo. O instrumento foi firmado pelo presidente de Moçambique, Felipe Nyusi, e pelo general Ossufo Momade, líder da Renamo. O acordo tinha como propósito declarado encerrar conflitos remanescentes, não solucionados em mais de quatro décadas, em seguimento às tratativas de paz empreendidas por ocasião do fim da guerra civil (recorde-se que a guerra civil moçambicana teve início em 1977, dois anos após a independência do país, e terminou somente em 1992, com a assinatura do chamado "Acordo Geral de Paz", pelo então presidente da República, Joaquim Chissano, e pelo então presidente da Renamo, Afonso Dhlakama).

Compareceram à cerimônia de assinatura do "Acordo de Paz e Reconciliação" chefes de Estado e de governo, como Cyril Ramaphosa, da África do Sul, Paul Kagame, de Ruanda, e Edgar Lungu, da Zâmbia. Altos representantes de outros países africanos estiveram presentes, bem como a então Alta Representante da União Europeia para Política Externa e Segurança, Federica Mogherini.

Desde a assinatura do acordo de paz, no entanto, um segmento que se designa como "Junta Militar" da Renamo, liderada pelo general Mariano Nhongo, considerou nulo o ato, que previa um processo de desmilitarização, desarmamento e reintegração (conhecido pela sigla DDR) de membros do braço armado da oposição. Ataques da “Junta Militar” nas províncias centrais do país voltaram a crescer nos últimos dois anos, causando mortes e destruição.

Em janeiro de 2021, o presidente Nyusi novamente conclamou o general Mariano Nhongo a entregar as armas. Em julho último, Nyusi reiterou o convite a Nhongo para aderir à terceira fase do processo DDR, lançada naquele mês. O processo vem sendo implementado de forma irregular e sofreu certa paralisia ao longo do primeiro semestre de 2021, enquanto o país se voltava ao enfrentamento da pandemia de Covid-19 e ao combate à insurgência extremista no norte do país.

Em 11 de outubro último, foi noticiado que o líder da “Junta Militar” havia sido morto em operação conduzida pelas Forças de Defesa e Segurança (FDS) de Moçambique.

Eleições de 2019

O presidente Felipe Nyusi, da Frelimo, foi reeleito em 2019, no primeiro turno, com 73,4% dos votos, derrotando Ossufo Momade, candidato da Renamo, principal partido de oposição. Nyusi tomou posse em 15 de janeiro de 2020.

As eleições de 2019 representaram vitória da Frelimo, que, além de reeleger o presidente pela maior diferença percentual de votos desde 2009, também obteve 71,2% dos votos para a Assembleia da República, garantindo 184 dos 250 assentos no Parlamento. Dessa forma, o partido conta hoje com maioria qualificada no Legislativo, o que o habilita a promover até mesmo reformas constitucionais, para as quais são exigidos 2/3 dos votos no parlamento.

Poder Legislativo

A Assembleia da República de Moçambique é parlamento unicameral, com 250 membros eleitos diretamente por sistema de representação proporcional em lista fechada para mandatos de cinco anos. A última eleição legislativa foi realizada em outubro de 2019, sendo que, atualmente, três partidos estão representados no parlamento moçambicano: Frelimo (184 cadeiras), Renamo (60 cadeiras) e MDM (Movimento Democrático de Moçambique – 6 cadeiras).

Província de Cabo Delgado

Desde outubro de 2017, a província de Cabo Delgado, no extremo norte de Moçambique, vem sofrendo ataques do autodenominado “Al-Shabaab Moçambicano” (ASM), que, em poucos anos, se fortaleceu a ponto de ameaçar a estabilidade dessa porção do país.

Estima-se que a instabilidade no norte de Moçambique tenha resultado, até o momento, em mais de 2.500 mortes e 800 mil deslocados. A crise é agravada por doenças endêmicas e pela pandemia.

Em 10/03/2021, os EUA anunciaram inclusão do ASM em lista de "organizações terroristas estrangeiras".

Com a aprovação pela reunião de cúpula extraordinária da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC, na sigla em inglês), foi iniciada oficialmente, em Pemba, em 09/08, a Missão da SADC para Moçambique (SAMIM), formada por tropas de África do Sul, Angola, Botsuana e Tanzânia.

O governo de Ruanda anunciou, em 09/07, que, a pedido de Moçambique, enviaria mil efetivos, entre militares e policiais, para combater a insurgência em Cabo Delgado.

Em 08/08, as Forças de Defesa de Ruanda (RDF) anunciaram que, em conjunto com as Forças de Defesa e Segurança de Moçambique, retomaram o porto e a vila sede do distrito de Mocímboa da Praia, a mais importante posição mantida pelos extremistas. A retomada de Mocímboa constitui marco simbólico e estratégico fundamental para Maputo.

Doação humanitária brasileira para Cabo Delgado

O Brasil doou € 100 mil ao PMA em Moçambique, em 28 de junho de 2021, com o objetivo de contribuir para minorar a insegurança alimentar no quadro da crise humanitária na província de Cabo Delgado.

A iniciativa integra um amplo programa de iniciativas de cooperação com Moçambique que está sendo formulado pela Agência Brasileira de Cooperação para impactar positivamente, direta e indiretamente, a segurança pública e o desenvolvimento econômico e social de Moçambique.

POLÍTICA EXTERNA

Em sua inserção internacional, Moçambique privilegia como principais plataformas sua participação na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e na União Africana. A situação em Cabo Delgado, com a envolvimento de forças da SADC, reforçou essa prioridade.

No momento, o país está engajado em esforço de ampliar sua voz no cenário internacional, consubstanciado em sua candidatura ao CSNU para o mandato 2023/2024, projeto que, ao lado do combate à insurgência no norte do país, tem marcado a agenda de política externa moçambicana. Até o momento, houve endossos da União Africana e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) à candidatura moçambicana.

Sobre as principais parcerias do país com seus vizinhos, ressaltam-se: a relação econômico-comercial com a África do Sul; os vínculos políticos com a Tanzânia e o Zimbábue, que remontam ao período da formação do Estado nacional; e a relação com o Malawi, com interesses econômicos, questões lindeiras e vínculos étnicos entre as populações fronteiriças.

Moçambique também cultiva relacionamento privilegiado com os demais membros da CPLP, sobretudo em razão dos vínculos históricos, culturais e linguísticos que os unem. O país mantém, ainda, relações próximas com parceiros tradicionais - países europeus, EUA, Canada e Japão -, bem como com a China - que executa importantes obras de infraestrutura no país - e a Índia.

A questão da distribuição equitativa internacional de vacinas contra a pandemia de covid-19 constitui atualmente uma das prioridades da política externa moçambicana.

África do Sul

Entre os parceiros africanos de Moçambique, a África do Sul ocupa posição de destaque. Embora as relações diplomáticas oficiais entre os dois países tenham sido estabelecidas apenas após o fim do *apartheid*, as intensas relações econômicas fazem da África do Sul o principal parceiro de Moçambique no continente africano.

Para ilustrar, a África do Sul é destino de aproximadamente 17% das exportações de Moçambique e é seu principal fornecedor externo, respondendo por 26% das importações moçambicanas, que se concentram em energia e automóveis.

Rússia

Moçambique esteve na zona de influência soviética desde a independência, em 1975, até 1987, quando, após a recusa pela União Soviética de sua entrada no Conselho para Assistência

Econômica Mútua (COMECON), abandonou o socialismo e aproximou-se do governo de Ronald Reagan, adotando o Plano de Reestruturação Econômica no início da gestão do ex-presidente Joaquim Chissano (1985-2005).

Nos últimos anos, Moçambique e Rússia ensaiaram movimentos de reaproximação que culminaram com a assinatura de importantes acordos, sobretudo em cooperação militar, tendo a Rússia oferecido treinamento de pessoal e equipamentos militares para o governo moçambicano. Em novembro de 2017, a Rússia anunciou o perdão de 90% da dívida moçambicana (herdada em boa medida do período soviético), convertendo o restante (cerca de USD 140 milhões) em créditos para projetos de cooperação.

Em 2018 os ministros do exterior dos dois países visitaram-se mutuamente, e foi anunciada a intenção de aprofundar os projetos de cooperação tanto na área de defesa quanto nos investimentos da Rosneft no norte de Moçambique. Dois meses após realizar visita oficial de quatro dias a Moscou, o presidente Nyusi representou Moçambique na I Cúpula Rússia-África, em Sochi, em outubro de 2019. Nyusi aproveitou sua nova passagem pela Rússia para avançar na agenda econômica e de investimentos, bem como para adensar a cooperação em defesa.

A Rosneft tem participação de 20% em consórcio capitaneado pela Exxon Mobil, que tem a concessão de prospecção e exploração de três grandes blocos de gás natural na costa do país. Até o momento, o principal investimento russo em território moçambicano é o Projeto Tazeta, de exploração de areias pesadas na Zambézia, estimado em cerca de US\$ 100 milhões.

China

Os acordos entre China e Moçambique, mormente de cunho político e militar, desenhados no contexto da guerra de independência do país africano são elementos determinantes do posterior desenvolvimento das relações bilaterais. O apoio de Pequim à Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) nos anos sessenta, por exemplo, ajudou a pavimentar esse intercâmbio.

Entre 1998 e 2020, verificaram-se uma visita presidencial chinesa a Moçambique (2007) e nove visitas de mandatários moçambicanos à China, sendo duas de Joaquim Chissano, quatro de Armando Guebuza e três de Filipe Nyusi. Mais recentemente, o país aderiu ao *Belt & Road Initiative* (BRI), e Joaquim Chissano foi nomeado para presidir o Conselho Consultivo do Instituto China-África.

Os investimentos chineses notabilizaram-se em diversos setores da economia moçambicana, com destaque para o sistema financeiro; empresa do bilionário Stanley Ho, por exemplo, deu origem ao importante Moza Banco e outras instituições voltadas ao desenvolvimento de projetos agrícolas e de biocombustíveis no vale do rio Zambeze; outras multinacionais atuam no setor extrativo de mineração (ouro, ferro, diamantes e calcário, entre outros) e de petróleo e gás.

A China constitui importante parceiro que tem prestado ajuda a Moçambique no combate à pandemia. Especialmente no início da crise, em fevereiro de 2020, repercutiu positivamente a doação de materiais médicos e de kits de testes oferecidas pelo governo chinês ao governo moçambicano, quando a oferta dos bens era escassa. A entrega de materiais doados pela Fundação Jack Ma ao continente africano, distribuídos a partir da Etiópia pela Ethiopian Airlines, foi igualmente muito bem acolhida pela opinião pública local como gesto de solidariedade. Foram recebidos em Moçambique 500 respiradores, mais de 100 mil máscaras e kits de testes, entre outros equipamentos. A operação logística para efetivação da doação teve apoio do PMA.

Portugal

Portugal é um dos principais investidores externos no país e mantém com Moçambique um dinâmico intercâmbio educacional e cultural.

O Primeiro-Ministro António Costa participou, em Maputo, em julho de 2018, da III Cimeira Luso Moçambicana, e, em julho de 2019, o Presidente Filipe Nyusi esteve em Portugal para a IV edição do encontro de alto nível. Naquela oportunidade, António Costa afirmou haver "nova dinâmica" nas relações entre os dois países, recordando que nos dois últimos anos houve duas cimeiras, o que demonstraria a intensidade e a relevância das relações entre Portugal e Moçambique. O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, realizou visita a Moçambique, de 13 a 18 de janeiro de 2020, por ocasião da posse do Presidente Filipe Nyusi, realizada em 15 de janeiro.

No contexto da pandemia de Covid-19, o Governo português anunciou, em 21 maio de 2021, a assinatura de contratos para operacionalização naquele país do Fundo Empresarial da Cooperação Portuguesa (FECOP). Trata-se de instrumento financeiro estabelecido entre os dois governos para apoio a micro, pequenas e médias empresas moçambicanas, com vistas a fomentar a atividade econômica no contexto da crise sanitária.

Estados Unidos

Dois fatores sobre o interesse norte-americano em Moçambique podem ser destacados: os volumosos investimentos já iniciados por empresas dos Estados Unidos na exploração de gás "offshore" na costa moçambicana - que têm o potencial de catapultar o crescimento da economia local - e a preocupação com o recrudescimento de grupos terroristas de orientação jihadista no norte do país.

Realizou-se em Maputo, em junho de 2019, a XII Cimeira de Negócios EUA-África, foro bienal que constitui espaço privilegiado para a identificação de novas oportunidades de negócio e o fortalecimento das parcerias comerciais e de investimentos existentes entre os Estados Unidos e o continente africano. Além do presidente Filipe Nyusi, participaram mandatários de países do entorno de Moçambique, nominalmente os da Zâmbia, do Zimbábue, da Namíbia, do Esuatíni e o chefe de governo e premiê do Lesoto.

No contexto do apoio ao combate ao terrorismo no norte de Moçambique, os Estados Unidos, recentemente, direcionaram USD 42 milhões a projetos de prioridade da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte, criada neste ano pelo governo moçambicano com vistas à promoção do desenvolvimento socioeconômico da região norte.

O governo dos Estados Unidos tem igualmente divulgado reforço de parcerias com Moçambique para apoiar o enfrentamento à pandemia. Sob coordenação da embaixada estadunidense nesta capital, a USAID, o PEPFAR e o CDC oferecem apoio ao Ministério da Saúde e ao Instituto Nacional de Saúde, entre outros órgãos. As agências americanas participaram de todo o processo de formulação e implementação das políticas públicas moçambicanas contra o coronavírus – desde a elaboração do plano nacional até as mais variadas ações de terreno para controle epidemiológico.

União Europeia

Moçambique recebe expressivo apoio financeiro por parte da União Europeia (UE). Em conjunto com os Estados-Membros, o bloco responde por cerca de dois terços da ajuda internacional ao país.

Tal apoio obedece aos termos do Acordo de Cotonou, que, assinado em 2000 e revisto em 2005 e 2010, rege a cooperação entre o bloco europeu e seus Estados-membros, de um lado, e os países do grupo ACP (África, Caribe e Pacífico), do outro. Sob a égide do Acordo de Cotonou, o Programa Indicativo Nacional para Moçambique do XI Fundo Europeu de Desenvolvimento previu recursos da ordem de 734 milhões de euros para o período de 2015 a 2020, com foco em boa governança e desenvolvimento rural.

Em outubro de 2020, a União Europeia aceitou pedido de ajuda apresentado pelo governo moçambicano para o enfrentamento da violência extremista em Cabo Delgado. Bruxelas já coopera na assistência aos deslocados internos e em projetos de desenvolvimento regional.

O Conselho da União Europeia formalizou, em 15/10/2021, a decisão de oficialmente lançar a Missão de Treinamento da União Europeia na República de Moçambique (EUTM MOZ), destinada a apoiar resposta das Forças de Defesa e Segurança de Moçambique à crise na província de Cabo Delgado. Prevista para durar dois anos, com 140 militares, sob o comando do brigadeiro-general português Nuno Correia Barrento de Lemos Pires, a missão está avaliada em 15 milhões de euros e será custeada pelo Mecanismo Europeu para a Paz.

A UE tem-se apresentado como um dos principais colaboradores de Moçambique no combate contra a Covid-19. Ao divulgar pacote europeu de resposta à pandemia, intitulado "Equipe Europa" (que combina fundos da UE, dos Estados-membros e das instituições financeiras europeias como o Banco Europeu de Investimento e o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, somando 36 bilhões de euros, dos quais ao menos 7 bilhões serão canalizados para a África), a delegação da União Europeia em Maputo anunciou que 170 milhões de euros já teriam sido mobilizados para Moçambique. Os recursos estão sendo destinados a ações em áreas-chave (como capacitação do sistema de saúde local, aquisição de materiais médicos e assistência às autoridades moçambicanas), bem como a ações de mitigação do impacto socioeconômico da crise. Parte do montante corresponde a contribuições bilaterais dos Estados-membros, muitas vezes em coordenação com organismos internacionais.

ECONOMIA

Moçambique vem enfrentando difícil situação financeira. A depreciação de sua moeda (metical), os elevados índices inflacionários, a queda no preço das commodities (especialmente o carvão, que apenas recentemente tem dado sinais de melhoras) e a deterioração das contas públicas compõem cenário de grande pressão sobre o governo moçambicano. Como pano de fundo, problemas herdados – sobretudo a dívida decorrente de polêmicos “empréstimos secretos”, que não passaram por canais oficiais de aprovação – reduziram substancialmente a capacidade de financiamento do Estado e constituem o cerne das mais graves questões econômicas hoje enfrentadas pelo país.

Desde a eclosão da crise das "dívidas ocultas", em 2015, o governo de Moçambique viu-se obrigado a iniciar um processo de arrocho fiscal e monetário, em função do corte de ajuda direta ao orçamento por parceiros internacionais. As políticas adotadas pela equipe econômica do governo de

Filipe Nyusi surtiram efeitos moderados a partir dos anos seguintes, e o país iniciou um ciclo de recuperação econômica gradual, a despeito de disputas políticas internas, catástrofes naturais e surgimento de focos de ação terrorista no norte do país, que, desde 2017, ameaçam o desenvolvimento da indústria extrativista local

Antes do início da pandemia de Covid-19, embora Moçambique ainda se recuperasse do impacto de ciclones tropicais Idai e Kenneth, que devastaram extensas porções territoriais nas regiões centro e norte do país, no começo de 2019, as perspectivas econômicas de instituições financeiras e analistas em geral eram positivas. O FMI, por exemplo, previa para 2020 um crescimento do PIB na ordem de 5,5% e inflação anual na casa dos 3%. Da mesma forma, para a década atual, estimavam-se taxas de crescimento de dois dígitos, em função dos maciços investimentos ligados aos megaprojetos de exploração do gás natural da Bacia do Rovuma, na porção setentrional do território moçambicano.

As previsões otimistas viram-se frustradas com a eclosão, já no início de 2020, das primeiras notícias sobre o avanço do Covid-19 em escala global. De forma a amenizar o impacto da retração econômica, que afetou de maneira substancial o país, o governo adotou série de medidas emergenciais de contenção à pandemia, tais como a redução da taxa de juros e o lançamento de pacotes de estímulo fiscal e monetário aos setores mais afetados.

Nesse contexto, o FMI aprovou um desembolso de US\$ 309 milhões, no âmbito da Facilidade Rápida de Crédito (RCF), em abril de 2020, para ajudar Moçambique a suprir necessidades fiscais e em termos de balança de pagamentos decorrentes da pandemia COVID-19. Concomitantemente, o apoio financeiro externo materializou-se também por meio de programas do Banco Mundial e no âmbito da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida, arranjo ao qual Moçambique aderiu com o objetivo de aliviar as pressões sobre a liquidez monetária, dando margem fiscal para a atuação do governo em resposta ao impacto sanitário, social e econômico da pandemia.

Em linha com as previsões do Banco de Moçambique, que em seu mais recente comunicado, de fins de janeiro, projetou um ritmo de recuperação econômica mais lento do que o previsto anteriormente, é de se esperar que o volume do comércio bilateral continue em níveis baixos, ao menos no curto prazo.

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República de Moçambique
GENTÍLICO:	moçambicano
CAPITAL:	Maputo
ÁREA:	801 590 km ²
POPULAÇÃO (CENSO 2017):	30.366.036
LÍNGUA OFICIAL:	Português
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo; Islã; Protestantismo.
SISTEMA DE GOVERNO:	República Semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia da República de Moçambique; Parlamento unicameral, composto por 250 membros, eleitos com mandato de 5 anos
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Filipe Nyusi (desde 15 de Janeiro de 2015, reeleito em 2019)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Carlos Agostinho do Rosário (desde 17 de Janeiro de 2015)
CHANCELER:	Verónica Nataniel Macamo Dlhovo (desde jan/2020)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2020):	US\$ 14 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2020):	US\$ 40,52 bilhões
PIB PER CAPITA (2020)	US\$ 448
PIB PPP PER CAPITA (2020)	US\$ 1.296
VARIAÇÃO DO PIB	-1,28% (2020); 2,28% (2019); 3.44% (2018); 4,75% (2017);
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019):	0,416 (181ª posição entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2020):	60,9 anos
EXPECTATIVA DE ANOS DE ESCOLARIDADE (2019):	10 anos

UNIDADE MONETÁRIA:	Metical (MZN)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Gamiliel Sepúlveda João Munguambe (<i>agrément</i> em 11/06)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 1500 brasileiros residentes em Moçambique

INTERCÂMBIO BILATERAL (USD milhões, FOB) – Fonte: MDIC

Brasil-Moçambique	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	110,3	42,4	85,3	146,4	148,5	74,1	88	73,7	169,5	157,6	147,12	72
Exportações	108,2	40,4	81,2	122,3	123,8	63,9	69,1	50,6	29,9	26,24	35,1	34
Importações	2,1	2	4,1	24,1	24,7	10,2	18,9	23,1	139,6	131,45	112,02	39
Saldo	106,1	38,4	77,1	98,2	99,1	53,7	50,2	27,5	-109,6	-105,21	-76,92	-5

MAPA

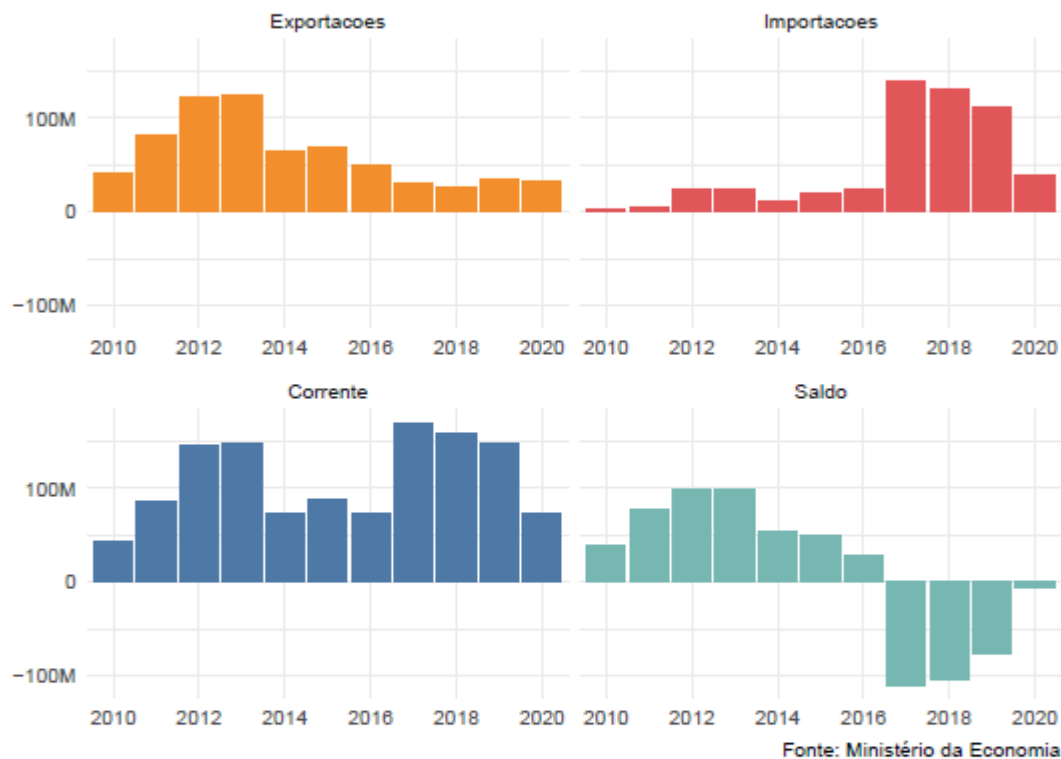


DADOS COMERCIAIS

1 Dados anuais

1.1 Fluxo de Comércio

Brasil-Moçambique, Fluxo de Comércio até 2020

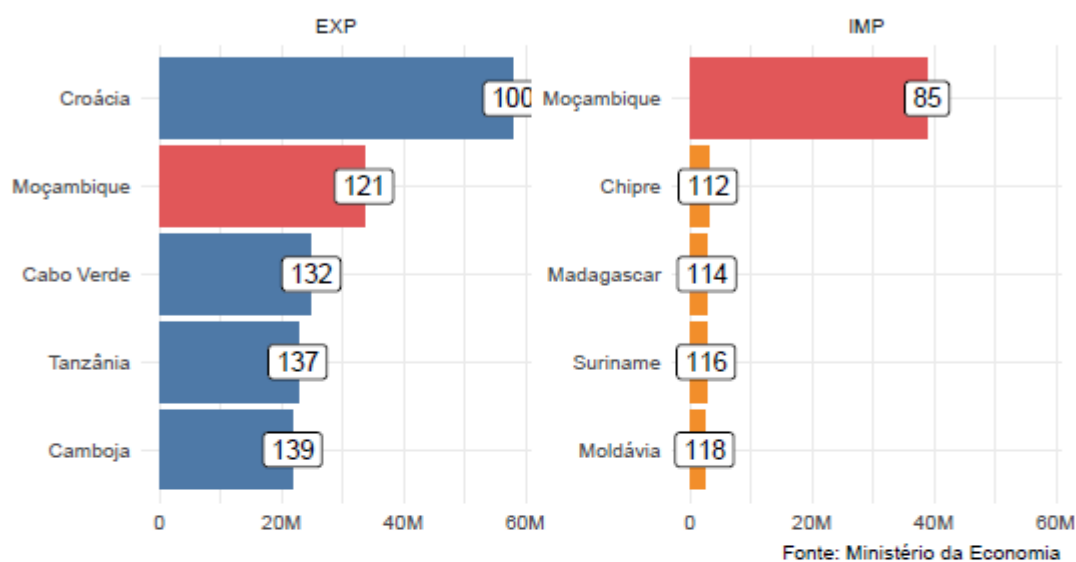


	2020	2019	2018	2017	2016
Exportacoes	34M (-4.5%)	35M (33.8%)	26M (-12.4%)	30M (-40.8%)	51M (-26.8%)
Importacoes	39M (-65.3%)	112M (-14.8%)	131M (-5.9%)	140M (505.5%)	23M (21.8%)
Saldo	-5M (-106.94%)	-77M (-173.11%)	-105M (-195.93%)	-110M (-498.75%)	28M (-45.16%)
Corrente	72M (-50.82%)	147M (-6.70%)	158M (-7.01%)	170M (130.34%)	74M (-16.37%)

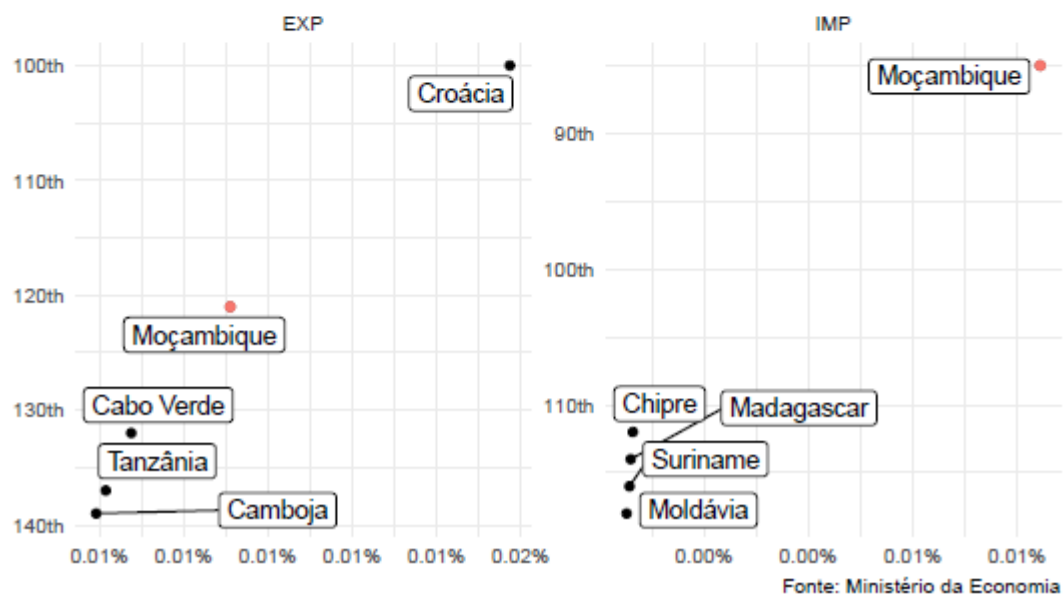
	2015	2014	2013	2012	2011
Exportacoes	69M (8.2%)	64M (-48.3%)	124M (1.1%)	122M (50.6%)	81M (101.1%)
Importacoes	19M (85.5%)	10M (-58.7%)	25M (2.3%)	24M (489.8%)	4M (104.5%)
Saldo	50M (-6.47%)	54M (-45.73%)	99M (0.80%)	98M (27.28%)	77M (100.91%)
Corrente	88M (18.90%)	74M (-50.05%)	148M (1.30%)	146M (71.73%)	85M (101.24%)

1.2 Destinos de exportações e origens de importações

Brasil-Moçambique, parceiros comerciais próximos em 2020



Brasil-Moçambique, ranking e proporção de comércio, em 2020

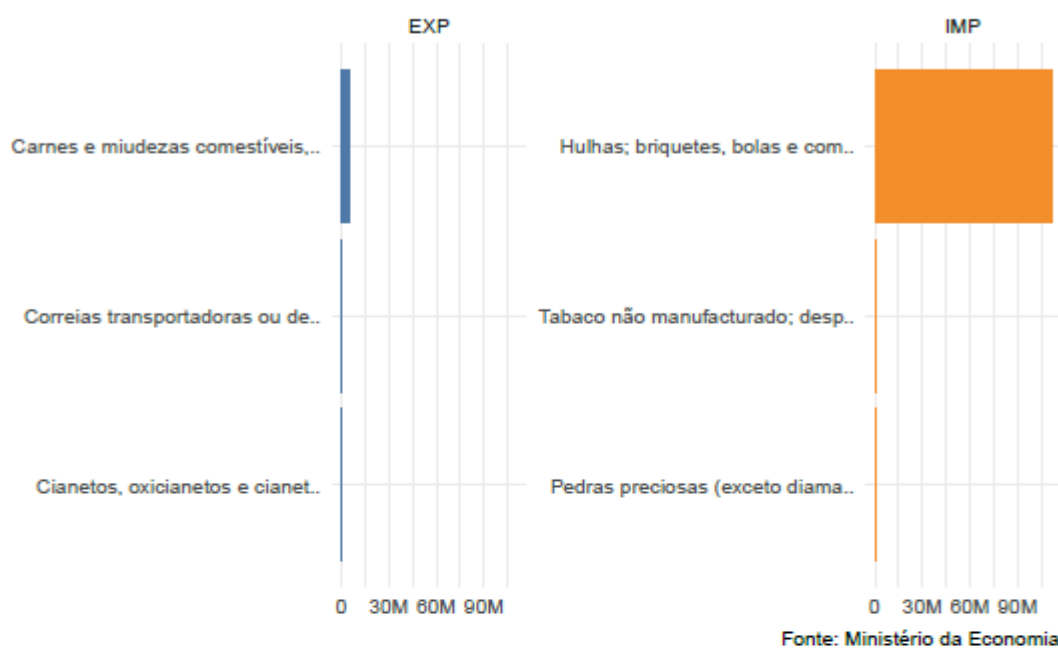


Brasil-Moçambique, Dados Comerciais

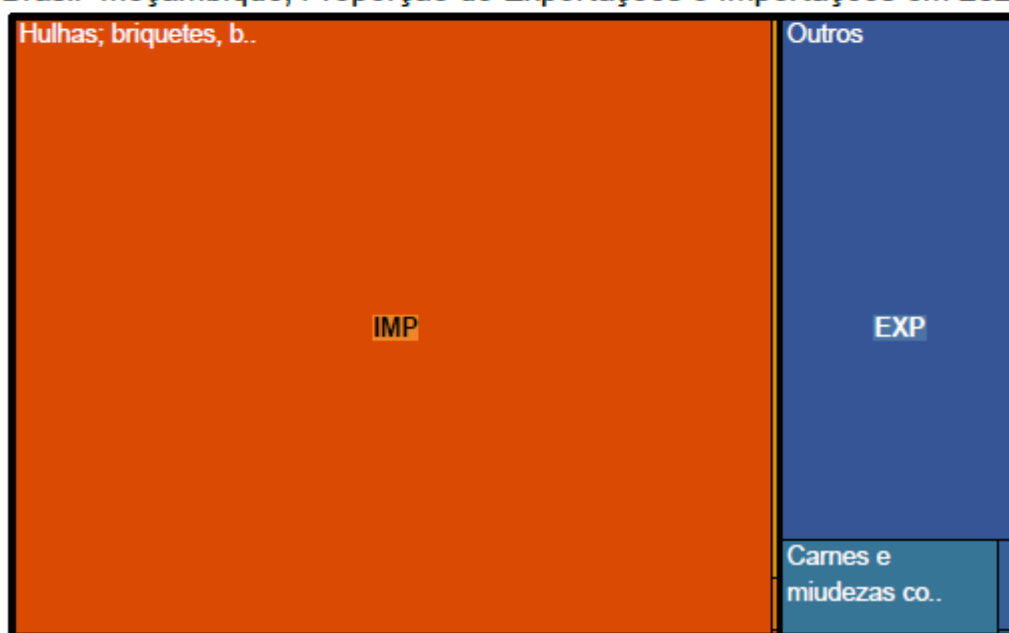
Dados Anuais				
Direção	País	Valor	Variação	Proporção
2020				
EXP	Croácia	57.91M	-35,73%	0,02%
	Moçambique	33.51M	-4,55%	0,01%
	Cabo Verde	24.86M	0,34%	0,01%
	Tanzânia	22.64M	39,25%	0,01%
	Camboja	21.80M	13,65%	0,01%
IMP	Moçambique	38.84M	-65,33%	0,01%
	Chipre	2.92M	-21,91%	0,00%
	Madagascar	2.72M	-15,50%	0,00%
	Suriname	2.61M	166,34%	0,00%
	Moldávia	2.36M	-52,29%	0,00%
2019				
EXP	Croácia	90.12M	-12,46%	0,02%
	Moçambique	35.10M	33,77%	0,01%
	Cabo Verde	24.78M	36,73%	0,01%
	Camboja	19.18M	121,90%	0,00%
	Tanzânia	16.26M	-13,53%	0,00%
IMP	Moçambique	112.02M	-14,78%	0,03%
	Moldávia	4.95M	10,19%	0,00%
	Chipre	3.74M	127,10%	0,00%
	Madagascar	3.22M	4,57%	0,00%
	Suriname	979.50K	-7,97%	0,00%
2018				
EXP	Croácia	102.94M	35,95%	0,02%
	Moçambique	26.24M	-12,39%	0,01%
	Tanzânia	18.80M	-37,00%	0,00%
	Cabo Verde	18.12M	-20,34%	0,00%
	Camboja	8.65M	38,95%	0,00%
IMP	Moçambique	131.45M	-5,86%	0,03%
	Moldávia	4.49M	72,28%	0,00%
	Madagascar	3.08M	66,28%	0,00%
	Chipre	1.65M	-76,73%	0,00%
	Suriname	1.06M	-80,17%	0,00%
2017				
EXP	Croácia	75.72M	-22,95%	0,02%
	Moçambique	29.95M	-40,76%	0,01%
	Tanzânia	29.84M	65,97%	0,01%
	Cabo Verde	22.75M	15,24%	0,01%
	Camboja	6.22M	4,70%	0,00%
IMP	Moçambique	139.63M	505,54%	0,04%
	Chipre	7.07M	1 753,04%	0,00%
	Suriname	5.37M	9 391,36%	0,00%
	Moldávia	2.61M	73,72%	0,00%
	Madagascar	1.85M	90,38%	0,00%

1.3 Produtos comercializados

Brasil-Moçambique, pauta comercial, 2020



Brasil-Moçambique, Proporção de Exportações e Importações em 2020

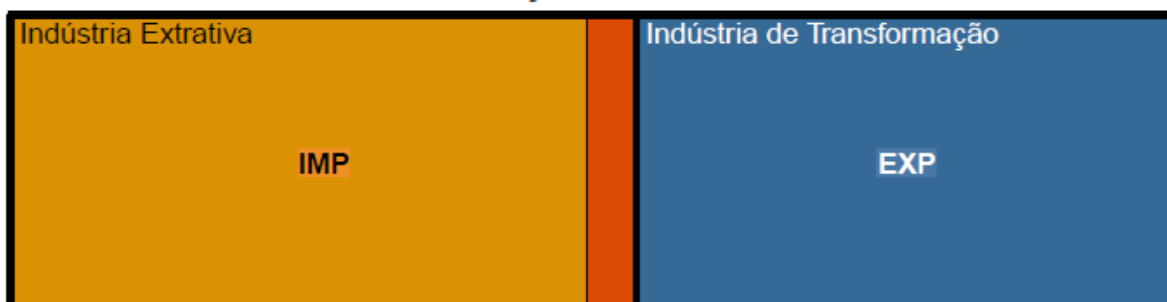


Brasil-Moçambique, Dados Comerciais

Dados Anuais						
	Direção	Produto (SH4)	Código (SH4)	Valor	Vari- ação	Pro- porção
2020	EXP	Coque de petróleo, betume de petróleo e outros res..	2713	5.05M	8 980,6%	15,1%
		Óleo de soja e respectivas frações, mesmo refinad..	1507	4.81M	7 870,2%	14,4%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	3.65M	-27,1%	10,9%
		Cianetos, oxicianetos e cianetos complexos	2837	1.90M	4 861,9%	5,7%
		Correias transportadoras ou de transmissão, de bor..	4010	1.23M	161,9%	3,7%
	IMP	Hulhas; briquetes, bolas e combustíveis sólidos se..	2701	35.08M	-68,4%	90,3%
		Tabaco não manufacturado; desperdícios de tabaco	2401	2.89M	203,6%	7,4%
		Minérios de nióbio, tântalo, vanádio ou de zircóni..	2615	642.57K	74,6%	1,7%
		Pedras preciosas (exceto diamantes) ou semiprecios..	7103	108.00K	20,3%	0,3%
2019	EXP	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	5.01M	108,0%	14,3%
		Correias transportadoras ou de transmissão, de bor..	4010	470.47K	-81,3%	1,3%
	IMP	Hulhas; briquetes, bolas e combustíveis sólidos se..	2701	110.97M	-14,6%	99,1%
		Tabaco não manufacturado; desperdícios de tabaco	2401	952.33K	-35,8%	0,9%
		Pedras preciosas (exceto diamantes) ou semiprecios..	7103	89.77K	1 065,3%	0,1%
2018	EXP	Correias transportadoras ou de transmissão, de bor..	4010	2.52M	-21,3%	9,6%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	2.41M	-5,5%	9,2%
		Óleo de soja e respectivas frações, mesmo refinad..	1507	60.33K	-99,4%	0,2%
	IMP	Hulhas; briquetes, bolas e combustíveis sólidos se..	2701	129.94M	-4,8%	98,9%
		Tabaco não manufacturado; desperdícios de tabaco	2401	1.48M	-50,9%	1,1%
		Pedras preciosas (exceto diamantes) ou semiprecios..	7103	7.70K	-95,5%	0,0%
2017	EXP	Óleo de soja e respectivas frações, mesmo refinad..	1507	9.28M	-69,2%	31,0%
		Correias transportadoras ou de transmissão, de bor..	4010	3.20M	442 828,8%	10,7%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	2.55M	-35,9%	8,5%
	IMP	Hulhas; briquetes, bolas e combustíveis sólidos se..	2701	136.44M	531,3%	97,7%
		Tabaco não manufacturado; desperdícios de tabaco	2401	3.02M	142,9%	2,2%
		Pedras preciosas (exceto diamantes) ou semiprecios..	7103	171.66K	63,4%	0,1%

1.4 Classificações do Comércio

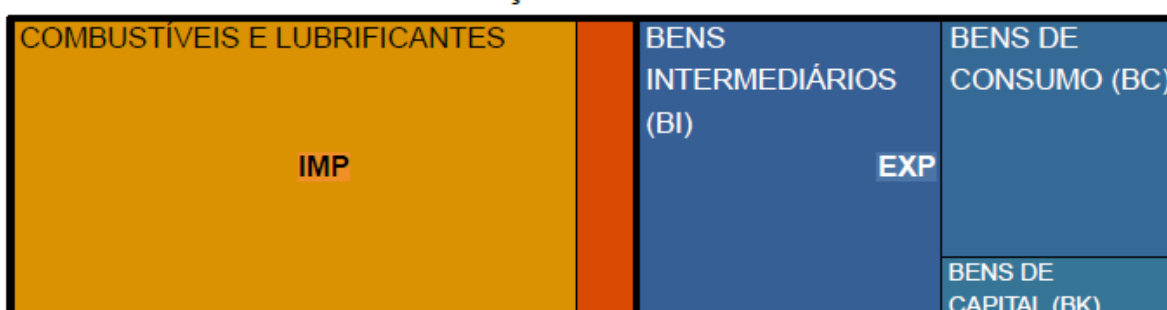
Classificação ISIC em 2020



Classificação Fator Agregado em 2020



Classificação CGCE em 2020



Classificação CUCI em 2020



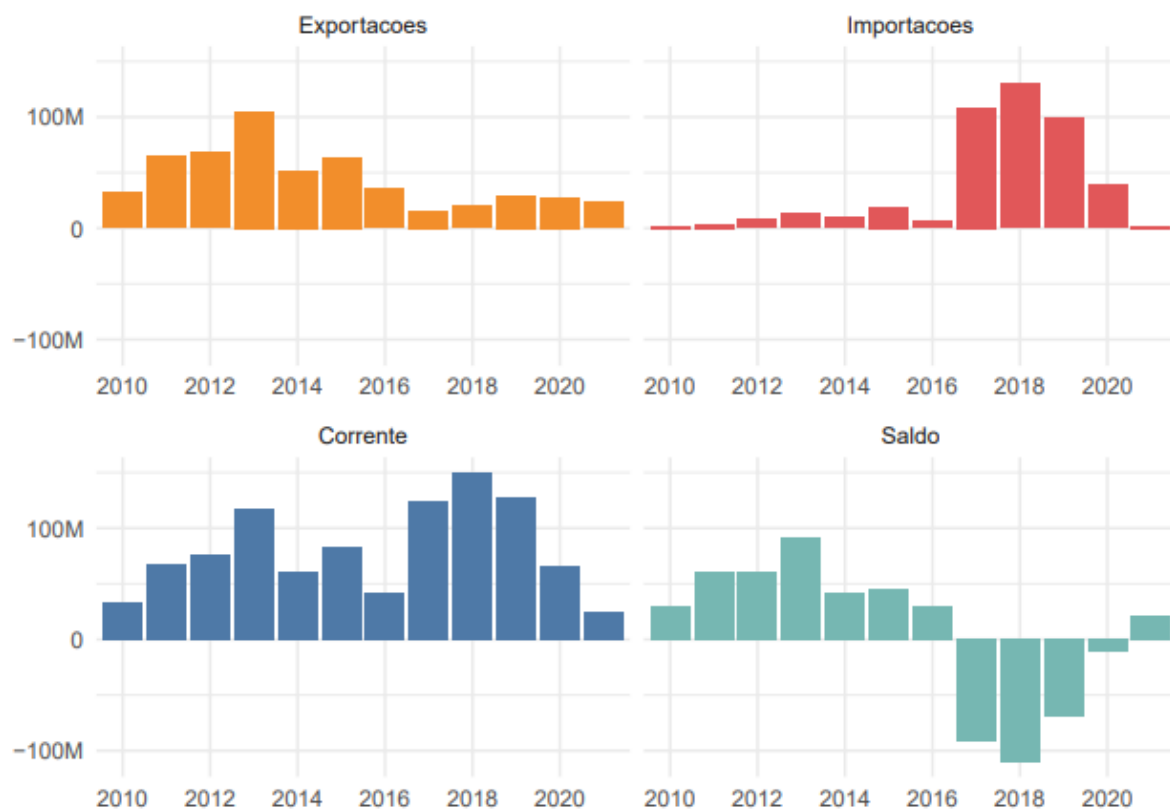
Brasil-Moçambique, Dados Comerciais

2020			
Direção	Classificação ISIC	Valor	%
EXP	Indústria de Transformação	33.2M	99,2%
	Outros Produtos	213.0K	0,6%
	Agropecuária	68.3K	0,2%
	Indústria Extrativa	1.5K	0,0%
IMP	Indústria Extrativa	35.8M	92,1%
	Indústria de Transformação	3.1M	7,9%
Direção	Classificação Fator Agregado	Valor	%
EXP	PRODUTOS MANUFATURADOS	24.2M	72,2%
	PRODUTOS SEMIMANUFATURADOS	4.8M	14,4%
	PRODUTOS BASICOS	4.5M	13,4%
IMP	PRODUTOS BASICOS	38.8M	99,8%
	PRODUTOS MANUFATURADOS	72.1K	0,2%
Direção	Classificação CGCE	Valor	%
EXP	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	18.9M	56,4%
	BENS DE CONSUMO (BC)	11.7M	35,0%
	BENS DE CAPITAL (BK)	2.9M	8,5%
	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	35.8K	0,1%
IMP	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	35.1M	90,3%
	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	3.8M	9,7%
Direção	Classificação CUCI	Valor	%
EXP	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E ANIMAIS VIVOS	6.7M	20,0%
	COMBUSTÍVEIS MINERAIS, LUBRIFICANTES E MATERIAIS RELACIONADOS	5.1M	15,2%
	OLEOS ANIMAIS E VEGETAIS, GORDURAS E CERAS	4.8M	14,4%
	OBRAS DIVERSAS	4.4M	13,2%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	4.1M	12,1%
	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	4.0M	12,0%
	PRODUTOS QUÍMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	3.8M	11,3%
	MATERIAS EM BRUTO, NAO COMESTÍVEIS, EXCETO COMBUSTÍVEIS	624.6K	1,9%
	BEBIDAS E TABACO	5.4K	0,0%
IMP	COMBUSTÍVEIS MINERAIS, LUBRIFICANTES E MATERIAIS RELACIONADOS	35.1M	90,3%
	BEBIDAS E TABACO	2.9M	7,4%
	MATERIAS EM BRUTO, NAO COMESTÍVEIS, EXCETO COMBUSTÍVEIS	693.8K	1,8%
	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	108.0K	0,3%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	72.1K	0,2%

2 Dados mensais

2.1 Fluxo de Comércio

Brasil-Moçambique, Fluxo de Comércio agregado até Outubro



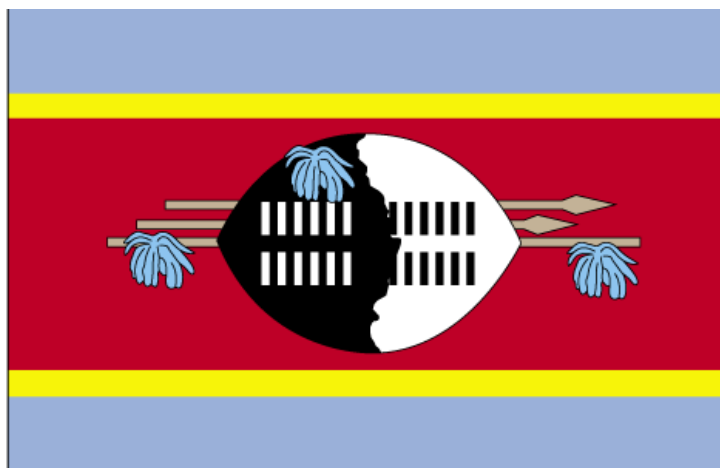
Fonte: Ministério da Economia

	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	23M (-16.53%)	28M (-3.74%)	29M (45.46%)	20M (24.40%)	16M (-54.86%)
Importacoes	2M (-94.9%)	39M (-60.8%)	99M (-24.2%)	130M (20.5%)	108M (1 597.5%)
Saldo	21M (100.8%)	-11M (-115.3%)	-70M (-163.2%)	-110M (-219.8%)	-92M (-413.6%)
Corrente	25M (-61.949%)	67M (-47.791%)	128M (-14.869%)	151M (21.030%)	124M (195.253%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	36M (-44.15%)	64M (24.16%)	52M (-50.90%)	105M (54.32%)	68M (4.95%)
Importacoes	6M (-66.3%)	19M (85.4%)	10M (-22.4%)	13M (73.5%)	8M (112.9%)
Saldo	29M (-34.8%)	45M (9.0%)	41M (-55.0%)	92M (51.9%)	60M (-1.3%)
Corrente	42M (-49.207%)	83M (34.287%)	62M (-47.725%)	118M (56.245%)	76M (10.566%)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Maço Básico

ESSUATÍNI



OSTENSIVO
Dezembro de 2021

DADOS BÁSICOS SOBRE ESSUATÍNI	
NOME OFICIAL:	Reino de Essuatíni
GENTÍLICO:	suázi
CAPITAL:	Mbabane
ÁREA:	17.364 km ²
POPULAÇÃO (2013, BM):	1,25 milhão de habitantes
IDIOMA OFICIAL:	Inglês e Suázi
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristianismo (90%); Islã (2%); Outras: 8%, incluindo Baha'i, Budismo, Hinduísmo e Judaísmo.
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral, consistindo em Assembleia Nacional (65 assentos, sendo 55 eleitos e 10 indicados pelo Rei) e Senado (30 assentos, sendo 10 indicados pela Assembleia Nacional e 20 indicados pelo Rei).
CHEFE DE ESTADO:	Rei Mswati III (desde 25 de abril de 1986)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro: Cleopas Sipho Dlamini (desde julho de 2021)
CHANCELER:	Thuli Dladla (desde 2018)
PIB:	US\$ 3,9 bilhões (2020, Banco Mundial)
PIB PPP:	US\$ 10,32 bilhões (2019, Banco Mundial)
PIB PER CAPITA:	US\$ 3.415 (2020, Banco Mundial)
PIB PPP PER CAPITA:	US\$ 8.853 (2020, Banco Mundial)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	-1,63% (2020); 2,24% (2019); 2,37% (2018); 2,02% (2017)
IDH (2020life):	0,611 (138ª posição entre 187 países)
EXPECTATIVA DE VIDA:	60,2 anos (PNUD, relatório de 2020)
ALFABETIZAÇÃO:	88,4% (PNUD, relatório de 2020)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	22,1% (PNUD, relatório de 2020)
UNIDADE MONETÁRIA:	Lilangeni
EMBAIXADORA EM BRASÍLIA:	Njabuliso Gwebu (Embaixadora residente em Washington, desde 2019; cumulatividade)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Nove pessoas

PERFIS BIOGRÁFICOS

MSWATI III

Rei



Nascido Makhosetive (“Rei das Nações”) em 19 de abril de 1968, o rei de Essuatíni sucedeu seu pai, Sobhuza II, em 1986. Era o segundo dos filhos do monarca e filho único de Inkosikati LaTfwala. Tornou-se príncipe herdeiro em setembro de 1983 e foi coroado rei em abril de 1986, aos 18 anos de idade. O rei, que adotou o nome de Mswati III, e sua mãe, que possui o título de Indovukazi (“A Grande Elefanta”), regem juntos.

CLEOPAS SIPHO DLAMINI

Primeiro-ministro



Empresário, exerceu, anteriormente, a função de presidente do Fundo de Pensão do Serviço Público de Essuatíni.

Sem filiação partidária, foi designado premiê pelo rei Mswati III em 16 de julho de 2021.

THULI DLADLA

Chanceler



Política local, foi senadora. Primeira mulher a tornar-se ministra das Relações Exteriores de Essuatíni, ocupando o cargo desde novembro de 2018.

RELAÇÕES BILATERAIS

No dia 19 de abril de 2018, em cerimônia de celebração dos 50 anos da independência da Suazilândia, o Rei Mswati III anunciou que o nome oficial do país passou a ser Reino de Essuatíni. O termo Essuatíni significa, na língua suázi (siSwati), "lugar dos Suázis" e deve sua origem a Mswati II, que, durante seu reinado (1840-1868), expandiu e unificou o país. Suazilândia é versão anglicizada do termo. À diferença de muitos países do entorno, a então Suazilândia não modificou seu nome quando da independência do país, em 1968. A ideia de restituir ao país seu nome original não era nova, tendo sido debatida após a independência. Em 2015, legisladores discutiram a possibilidade de mudança, ao passo que o próprio rei já havia empregado o nome em discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2014 e na abertura do ano parlamentar suázi em 2017.

As relações bilaterais foram formalmente estabelecidas em 1978, ano em que foi criada a Embaixada do Brasil junto ao então Reino da Suazilândia, com residência em Maputo. Em setembro de 1993, o Príncipe Mbilini Dlamini, então Ministro de Obras e Construção, visitou o Brasil e manteve encontros com os Ministros das Relações Exteriores e dos Transportes. Delegação suázi, chefiada pelo então Ministro da Educação Wilson M. Ntshangase participou da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), realizada de 1 a 4 de dezembro de 2009, em Belém do Pará. Em maio de 2010, o então Ministro da Agricultura Clement Dlamini participou do Diálogo Brasil-África em matéria de Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, realizado em Brasília. Em 2012, o Rei Mswati III participou da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20.

O Embaixador do Brasil em Maputo, Carlos Alfonso Iglesias Puente, apresentou cartas credenciais ao rei Mswati III em 25/07/2019 em cerimônia solene no palácio real Lozitha. Na ocasião, o soberano manifestou interesse em receber cooperação e investimentos brasileiros em ciência, tecnologia e desenvolvimento sustentável. Em encontro com a Chanceler Thulisile Dladla, foram-lhe revelados planos de abertura de embaixada em Brasília, que viria a ser a primeira embaixada residente do país na América do Sul. Não houve, até o momento, novos desdobramentos sobre o tema.

Cooperação técnica, educacional, humanitária e em saúde

As relações na área da cooperação entre Brasil e Essuatíni têm como marco jurídico o Acordo de Cooperação Técnica, firmado em 25 de janeiro de 2008, ratificado pelo Brasil em 23 de dezembro de 2008, mas ainda não em vigor por falta de ratificação daquele país. Registrou-se, em 2011, o interesse suázi em cooperar na área de HIV/Aids. Também houve demanda na área de agricultura. Entretanto, não há, no momento, nenhuma atividade de cooperação em curso com o governo daquele país.

O rei Mswati III identifica a segurança alimentar como desafio precípua para seu país, no curto e no médio prazo, em função da ameaça de pestes nas colheitas e

de doenças animais transfronteiriças. Essuatíni tem sofrido com secas regionais que afetam as plantações. O monarca também tem defendido incrementar subsídios para garantir implementos e insumos à produção agrícola.

Essuatíni poderia beneficiar-se, ainda, de cooperação brasileira em áreas como educação e saúde, embora o país não tenha apresentado demandas concretas no plano bilateral.

Recentemente, Essuatíni submeteu um projeto de cooperação na área de saneamento ao Fundo IBAS (fundo de apoio a projetos de infraestrutura social em países de menor desenvolvimento relativo, constituído no âmbito do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul - IBAS, criado em junho de 2003).

No âmbito trilateral, identifica-se o Programa de Execução PMA/Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar, assinado em 2010, executado em parceria com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), com vigência prevista até 30 de junho de 2022. Esta iniciativa conta com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), como instituição brasileira cooperante, e 23 países prioritários da África e da Ásia. O objetivo do programa é reforçar a capacidade e os conhecimentos, a nível nacional, em matéria de modelos sustentáveis de alimentação escolar e apoiar os governos nacionais no domínio da concepção, gestão e expansão de programas de alimentação escolar sustentáveis, nutritivos e baseados em alimentos de produção nacional.

No âmbito desse programa, delegação de Essuatíni esteve em Brasília no período de 31 de julho a 4 de agosto de 2017, em uma visita de estudo autofinanciada, cujo fim era conhecer o modelo brasileiro de alimentação escolar, suas conquistas e desafios. A partir dos conhecimentos adquiridos, o Ministério da Educação daquele país desenvolveu um Programa Nacional de Alimentação Escolar sustentável e ligado a compras locais. A delegação também buscou aprender sobre mecanismos de integração de ministérios relevantes e partes interessadas na implementação e gestão de um Programa Nacional de Alimentação Escolar.

No campo da cooperação humanitária, o governo brasileiro registra doação ao governo suázi de mil toneladas de arroz, com valor declarado de US\$ 470 mil, por meio do PMA, em 2012.

Assuntos Consulares

A embaixada tem conhecimento de que apenas nove brasileiros estariam residindo no Reino de Essuatíni atualmente, sendo seis mulheres e três homens. Há duas famílias de quatro pessoas, cada uma delas com duas crianças menores de idade. Os serviços consulares provenientes daquela jurisdição resumem-se, em geral, a pedidos de vistos para nacionais suázis e estrangeiros que lá residem.

Em abril de 2020, durante o período de fechamento de fronteiras sul-africanas em razão da pandemia de Covid-19, foi prestado apoio para que brasileiro residente em Essuatíni, retido na África do Sul, pudesse retornar por terra àquele país, ainda que fazendo longo desvio por Namíbia, Botsuana, Zimbábue e Moçambique.

Pandemia de Covid-19

Na esteira da identificação da variante Ômicron e sua classificação pela OMS como "variante de preocupação", o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) manifestou interesse em colocar à disposição a capacidade científica da "Rede Vírus" para colaboração em estudos e iniciativas junto a instituições dos seguintes países: África do Sul, Botsuana, Essuatíni, Lesoto, Namíbia e Zimbábue.

Por meio da Portaria nº 660, de 27/11/2021, o governo brasileiro estabeleceu restrições temporárias a voos internacionais que tenham origem ou passagem por esses países, o que tem gerado protestos por parte de vários governos da região, embora Essuatíni não se tenha pronunciado até o momento.

POLÍTICA INTERNA

A então Suazilândia tornou-se independente do Reino Unido em 1968, tendo assumido a chefia do Estado o Rei Sobhuza II. Em 1986, ascendeu ao trono o Rei Mswati III, responsável pela introdução de reformas políticas no país que permitiram a reabertura do Parlamento e a realização de eleições, as quais, porém, não foram capazes de garantir, até o momento, o florescimento do multipartidarismo político.

Não obstante a existência de um Chefe de Governo, eleito pelo parlamento, o Chefe de Estado detém considerável poder político nas decisões governamentais. A peculiar situação geográfica de Essuatíni e o peso da África do Sul na economia do país fazem que as diretrizes emanadas de Mbabane guardem estreito relacionamento com o ambiente político em Pretória.

A cada cinco anos, realizam-se eleições parlamentares. Segundo o sistema suázi, conhecido como "*tinkhundla system*", 59 candidatos à Assembleia Nacional são nomeados por cada tribo ("chiefdom") para representar cada um dos 59 distritos administrativos ("*tinkhundla*"). Após as nomeações, os candidatos são eleitos por voto direto em dois turnos eleitorais (na tribo e, posteriormente, em cada um dos 59 distritos administrativos). Completam a Assembleia Nacional 10 candidatos nomeados pelo Rei. Além da Assembleia Nacional, há um Senado no país composto por 30 membros, dos quais nenhum é eleito diretamente: 20 são indicados pelo Rei e 10 são escolhidos pela Assembleia Nacional.

Depois de longo processo de negociação, foi promulgada em 2006 a nova Constituição do país que, embora estabeleça a liberdade de associação, mantém a proibição de partidos políticos, exigindo que os candidatos a pleitos políticos sejam independentes.

Em 2008, foram realizadas as primeiras eleições parlamentares desde a promulgação da Constituição de 2006. O pleito se deu sem maiores incidentes, e a missão observadora da *Southern African Development Community* (SADC) considerou as eleições "livres e limpas", embora a União Africana e o Parlamento Pan-Africano tenham criticado a ausência de partidos políticos.

Em setembro de 2013, realizaram-se novas eleições parlamentares. O pleito transcorreu sem incidentes e em "ambiente tranquilo e pacífico", segundo relatório da missão observadora da União Africana. Os resultados eleitorais explicitaram a vontade

popular de renovação das lideranças: 44 deputados, incluindo seis ministros, foram derrotados em seus distritos. A oposição tem-se tornado crescentemente vocal na defesa de reformas políticas, em particular no que diz respeito à adoção de um sistema multipartidário.

A missão observadora da União Africana às eleições de 2013 reconheceu a necessidade de aperfeiçoamento da democracia no país e instou o governo suázi a garantir os direitos de liberdade de expressão e de livre associação, em conformidade com o direito internacional e com os princípios que devem reger eleições democráticas em países da União Africana.

As últimas eleições foram realizadas em 2018. A missão observadora da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) felicitou a *Elections and Boundaries Commission* (EBC) pela condução profissional do pleito, concluindo que o processo ocorreu em ambiente pacífico e de acordo com a Constituição de Essuatíni, apesar de ter identificado áreas passíveis de melhora, como maior participação feminina e o estabelecimento de tribunal especial para lidar com disputas eleitorais. Outras missões de observação sublinharam o grau limitado de liberdade de expressão durante o pleito, mas não houve questionamento dos resultados. O índice de participação eleitoral foi de 60,5% (330.785 votantes, em um total de 546.784 eleitores registrados).

No contexto da pandemia de Covid-19, Essuatíni teve sua reação inicial reconhecida por organismos internacionais, como a OMS, o Banco Mundial, o FMI, e outros. O país estabeleceu um centro para internação e tratamento de doentes sintomáticos que viessem a necessitar de apoio e arregimentou equipes médicas de reposta rápida para atendimento aos infectados, em que pese a precariedade e limitação da rede médico-hospitalar do país. Logo em fevereiro de 2020, foi implementada política de quarentena para pacientes suspeitos (com sintomas de gripe e histórico de viagens à China). Declaração de Estado de Emergência – adotada já em 17 de março – refletia esse mesmo sentido de precaução, ao impor medidas de distanciamento social e restrições de trânsito nas fronteiras (inicialmente voltadas para pessoas com histórico de viagens a países considerados de risco e posteriormente estendidas a todos os viajantes).

POLÍTICA EXTERNA

O Reino de Essuatíni mantém relações internacionais de pequena envergadura, havendo apenas quatro Embaixadas sediadas em Mbabane: os vizinhos África do Sul e Moçambique, além de EUA e Taiwan.

Embora formalmente tivesse sustentado posição neutra no campo das relações internacionais, a então Suazilândia teve, historicamente, sua ação externa claramente alinhada ao bloco ocidental. Até o fim da Guerra Fria, o país manteve poucos vínculos com os países do bloco soviético, ao mesmo tempo em que desenvolveu relacionamento dinâmico com Israel e Taiwan (atualmente, Essuatíni é o único país africano a manter relações diplomáticas com Taiwan). Daí resulta a simpatia de que o Estado suázi desfrutou no passado junto às potências ocidentais, que apoiaram financeiramente os programas de segurança e desenvolvimento do país, visto então como uma força moderadora nos processos de consolidação nacional em curso na África Austral. Os EUA, em especial, consideraram a estabilidade da então

Suazilândia, ao longo de todo o desenrolar da luta anti-apartheid na África do Sul, uma garantia à estabilidade da sub-região.

O relacionamento com a América Latina é pouco intenso, não dispondo o país de qualquer representação residente na região. Da mesma maneira, os países latino-americanos são representados por intermédio de suas Embaixadas em Pretória (Argentina, México, Peru, Colômbia, Venezuela, Uruguai) e Maputo (Brasil e Cuba).

África do Sul

O encapsulamento territorial de Essuatíni entre a África do Sul e Moçambique torna as relações bilaterais com os dois únicos vizinhos fronteiriços absolutamente essenciais. Em especial, são naturalmente profundos os laços com a África do Sul, potência regional cuja economia diversificada e infraestrutura bem desenvolvida acaba por oferecer soluções a necessidades do pequeno reino. Nesse sentido, Essuatíni é, em grande medida, fortemente dependente da África do Sul. Além dos vínculos econômicos, Essuatíni depende da África do Sul para uma série de serviços essenciais, como formação educacional de contingentes importantes da população, serviços médicos mais complexos e construção de infraestrutura, entre outros.

EUA e União Europeia

As relações com os EUA são, em geral, boas e remontam à independência do Reino em 1968. A principal área de cooperação é a de HIV/Aids, implementada conjuntamente pela USAID, CDC, Peace Corps, African Development Foundation e pelos Departamentos do Trabalho e Defesa. Além disso, o governo americano opera programas de apoio às pequenas e médias empresas, educação (programa de bolsas de pós-graduação e de especialização de curto-prazo), treinamento militar, desenvolvimento institucional e de recursos humanos, agricultura e capacitação na área de comércio internacional.

Em 2014, os EUA condicionaram a renovação do acesso preferencial da então Suazilândia ao mercado estadunidense oferecido ao amparo do *US African Growth and Opportunity Act* (AGOA) a emendas nas esferas laboral e de direitos humanos.

Essuatíni conta ainda com benefícios para o acesso de seus produtos ao mercado da União Europeia e tem acordos bilaterais de comércio com o Reino Unido e a Alemanha, com a qual também tem acordo de proteção de investimentos.

Taiwan e China

O Reino de Essuatíni mantém relações diplomáticas com Taiwan, apesar das pressões de Pequim. Taipé é um dos principais investidores no país, especialmente no setor têxtil, contando com acordo de proteção de investimentos.

A parceria com Taipé produziu frutos durante a pandemia, na forma de doações taiwanesas de recursos financeiros e alimentares e envio de missões médicas, entre outras medidas de apoio à contenção da Covid-19. Ressalte-se que, apesar de manter relações diplomáticas com Taiwan, Essuatíni também se beneficiou de doações provenientes da China.

Organismos internacionais e outros

No âmbito regional, Essuatíni é membro da União Africana, do Mercado Comum da África Austral e Oriental (COMESA), da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da União Aduaneira da África Austral (SACU). O impasse causado pela participação do país na COMESA – que conflitava com seu status de membro da SACU –, chegou ao fim com o anúncio de que Essuatíni permanecerá como membro da organização e beneficiário de membro não-recíproco da respectiva Área de Livre Comércio, mas não integrará sua união alfandegária.

No âmbito das Nações Unidas, o país luta para que as nações desenvolvidas continuem a atribuir tratamento preferencial aos produtos suázis e para que seja retirado da lista de países de renda média, o que o impede de beneficiar-se das iniciativas internacionais de redução da dívida.

Cumpre ainda mencionar que, em 2010, o país manifestou interesse em tornar-se Observador Associado da CPLP, chegando a formalizar pedido de adesão à Comunidade. O interesse deve-se, sobretudo, à proximidade e afinidade com Moçambique. Não houve, porém, continuidade do processo de negociação.

Os principais provedores de ajuda financeira, humanitária e técnica a Essuatíni são agências das Nações Unidas, os Estados Unidos, a União Europeia e países europeus, de forma individualizada. Em algumas áreas, a assistência estrangeira tem resultado em avanços expressivos, como no combate à Aids e no atendimento a portadores de HIV. Essuatíni é um dos dois únicos países do mundo que alcançaram, com apoio da UNAIDS e de programas como o "President's Emergency Plan for AIDS Relief" (PEPFAR) dos EUA, a meta 95-95-95 no controle da epidemia de HIV/AIDS (ou seja, 95% da população com HIV estão diagnosticados, 95% das pessoas diagnosticadas estão em tratamento e 95% das pessoas em tratamento lograram suprimir o vírus).

Pandemia de Covid-19

A presteza da reação inicial das autoridades suázis foi reiteradamente reconhecida por organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Banco Mundial, o FMI e outros. Com vistas a implementar seu plano de contenção e equipar unidades de saúde, o reino solicitou apoio a parceiros.

Os Estados Unidos, a União Europeia, Taiwan, as Nações Unidas e o Banco Mundial estão entre os principais atores que buscaram atender às necessidades locais ao longo da pandemia. Milhares de dólares foram investidos pelos parceiros em ações de apoio humanitário e técnico. A título de exemplo, o governo dos Estados Unidos anunciou pacote específico de assistência técnica e financiamento para ações de combate ao coronavírus em Essuatíni equivalente a US\$ 5,5 milhões, conforme divulgado em cerimônia que contou com participação do primeiro-ministro e da embaixadora estadunidense naquele país. O foco da iniciativa era equipar unidades de saúde para tratar pacientes com Covid-19, prover treinamento e equipamento de proteção a profissionais médicos, fortalecer a capacidade de testagem, de rastreamento e de resposta rápida, bem como garantir a entrega de medicamentos essenciais (inclusive

contra HIV) a pacientes durante a crise.

ECONOMIA

Panorama Econômico

O Reino de Essuatíni tem economia de porte pequeno, com PIB nominal de US\$ 3,9 bilhões (2020), fortemente vinculada à África do Sul, que é destino de 65% de suas exportações e fonte de 70% das importações. Estima-se que o PIB cresça 1,3% em 2021, uma revisão para baixo a partir de um crescimento previamente projetado de 1,5%, o que pode ser reflexo das medidas de contenção relacionadas à pandemia implementadas no início de 2021. De todo modo, a recuperação econômica permanece incerta e depende da evolução do quadro pandêmico, da distribuição de vacinas e do ritmo de recuperação das economias regionais, particularmente a da África do Sul.

Desde a independência, foram adotados princípios de livre-mercado, com o intuito de atrair investimentos estrangeiros. As reduções tarifárias acordadas em diversos instrumentos da SACU, os compromissos assumidos na OMC, bem como os acordos de comércio entre África Austral e UE, tornaram a diversificação crucial para Essuatíni, visto que reduziram as receitas alfandegárias que, em 2006/2007, chegaram a representar 66% da renda total.

O estreito relacionamento com a África do Sul no âmbito da SACU e da CMA restringe a autonomia em matéria de política monetária e fiscal. A abertura e a pequena dimensão da economia, bem como as limitações da base exportadora, tornam a economia suázi vulnerável a choques externos. No período de 2009 a 2012, uma rápida redução das receitas alfandegárias oriundas da SACU produziu déficits anuais na faixa de 8%. Posteriormente, o nível das receitas alfandegárias da SACU recuperou-se, representando hoje cerca de 50% da renda do país.

Antes da pandemia, a situação econômica do país já era preocupante. Com crescimento cronicamente baixo, o déficit fiscal e a dívida pública do país aumentavam, ao passo que as reservas internacionais se reduziam, em meio a quadro de elevada pobreza e alto desemprego. A pandemia gerou grandes necessidades de financiamento, ampliando estes desafios. Essuatíni recebeu apoio financeiro do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional no ano fiscal de 2020/21, o que ajudou a amenizar os desafios fiscais. O déficit fiscal foi de 8,7% do PIB em 2020.

A pobreza tem persistido em Essuatíni, apesar do status de país de renda média baixa. Segundo os dados mais recentes, de 2017, 58,9% dos habitantes viviam abaixo da linha nacional de pobreza, contra 63% em 2009 e 69,0% em 2001.

De acordo com os últimos dados da OMS, publicados em 2019, a expectativa de vida em Essuatíni é de 60 anos. Após uma redução drástica na expectativa de vida nos últimos trinta anos, havendo-se atingido 42 anos em 2005, o país logrou retornar a números similares àqueles apresentados no início da década de 1990. A queda esteve diretamente relacionada à alta prevalência de HIV/AIDS na população, a maior do mundo, com 27,3% da população entre 15 e 49 anos infectada, de acordo com os dados mais recentes da UNAIDS. A facilitação do acesso a testes rápidos e a ampliação da distribuição de medicamentos antirretrovirais (87% dos adultos e 76%

das crianças infectadas estariam recebendo tratamento) possibilitaram a recuperação na expectativa de vida e apontam para tendência de aumento nos próximos anos.

No âmbito do comércio bilateral, os fluxos não são significativos, em reflexo da dimensão diminuta do país e de suas características econômicas, sociais e geográficas. Em 2020, Essuatíni importou bens do Brasil que somaram US\$ 2,45 milhões (62% desse valor correspondem à compra de carnes). As exportações suázis para o Brasil no mesmo ano não ultrapassaram mil dólares, segundo dados compilados pelo UN Comtrade.

Agricultura

Devido ao grau de abertura da economia e à importância das exportações agrícolas, o PIB de Essuatíni é fortemente influenciado tanto pelas condições climáticas quanto pelas oscilações de mercado. Baixos índices pluviométricos e a queda dos preços internacionais das commodities agrícolas exportadas pelo país (como açúcar e frutas cítricas) fizeram com que o crescimento do PIB se tornasse mais lento desde 2000. No entanto, a melhora das condições climáticas, juntamente com o aumento da demanda por gêneros alimentícios, ajudaram o país a ter uma pequena aceleração do crescimento em meados daquela década (3,5% em 2007). A crise internacional de 2008-2009, somada à perda de vantagens obtidas por preferências tarifárias (do açúcar no mercado europeu e dos têxteis, graças à extensão das preferências a países asiáticos) modificou novamente esse cenário. O índice de crescimento do PIB voltou a níveis baixos, chegando a registrar índice negativo de 0,6% em 2011, seguido por alguma recuperação nos anos subsequentes (1,8% em 2012; 2,7% em 2013; e 2,1% em 2014).

À época da independência, a agricultura respondia por cerca de um terço do PIB; essa participação caiu para apenas 7,5% em 2011, graças ao crescimento do setor agroindustrial (especialmente o têxtil e de processamento da cana-de-açúcar, correspondentes a 47,7% do PIB) e de serviços (sobretudo públicos, 44,8%).

A produção agrícola processa-se em propriedades coletivas (Swazi Nation Lands, SNLs) ou em propriedades escrituradas (Title Deed Lands, TDLs). Enquanto estas respondem por 40% do total das terras e são utilizadas para produção comercial – cana-de-açúcar, frutas cítricas, algodão e abacaxi, além da pecuária –, recebendo maiores investimentos, com grandes extensões irrigadas e caracterizadas por alta produtividade, aquelas empregam 75% da população em regime de produção de subsistência e sofrem de baixa produtividade e investimento. São ainda responsáveis por 90% da produção de milho, o alimento básico da população.

No que diz respeito às culturas de valor comercial, o governo vem incentivando o cultivo de algodão, considerado de boa qualidade. A integração vertical foi planejada juntamente com a indústria têxtil local, para atender compromissos assumidos sob o AGOA com relação à origem de insumos. Setores como o de concentrados para refrescos, produtos alimentícios e de celulose encontram-se em expansão.

Indústria

Até meados dos anos 1980, o processamento de açúcar, polpa de madeira,

frutas cítricas, abacaxi, algodão e carne respondiam por cerca de 80% do total da produção manufatureira. Desde 1986, quando a Coca-Cola transferiu suas instalações da África do Sul para Essuatíni, desenvolveu-se fortemente a produção baseada em açúcar, aproveitando o baixo preço do insumo local. Mais recentemente, tem havido maior diversificação do setor manufatureiro, principalmente pelo desenvolvimento da indústria têxtil e de vestuário, como forma de aproveitar o acesso ao mercado norte-americano proporcionado pelo AGOA.

DAF II, 01/12/2021

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Séc. XVI	O povo suázi, sob a hegemonia do clã Dlamini, se separa do conjunto de bantos que migravam para o sul e se estabelece na região entre os rios Pongola e Usutu.
Séc. XIX	Migração em direção ao norte por parte do povo suázi e expansão da ocupação branca na região.
1836	Morte do rei Sobhuza I, sucedido por Mswati (Mswazi) II, que deu seu próprio nome à tribo.
1888	Consentimento suázi em estabelecer um governo provisório, formado por representantes do governo britânico, sul-africano e suázi.
1889	Estabelecimento da administração sul-africana anexando o território suázi.
1903	Os suázis passam a ser administrados pelo governador do Transvaal, após a Guerra dos Bôeres e a instituição do controle britânico sobre a região.
1949	Negado, pelos britânicos, o pedido de incorporação da Suazilândia pela União-Sul-Africana.
1963	É promulgada constituição que concede autonomia limitada aos suázis.
1967	É proclamado o Reino da Suazilândia sob proteção britânica.
1968	A Suazilândia torna-se independente do Reino Unido. O Rei Sobhuza II assume a chefia do Estado.
1973	Decretação de estado de emergência, com anulação da constituição, banimento das agremiações políticas e concentração de poderes nas mãos do Chefe de Estado.
1986	Ascensão do Rei Mswati III ao trono suázi e introdução de importantes reformas políticas no país.
2006	Promulgação da nova Constituição.

2008	Realização das primeiras eleições parlamentares sob a nova Constituição.
2013	Realização de eleições parlamentares.
2018	Mudança do nome do país para Reino de Essuatíni.
2018	Realização de eleições parlamentares

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

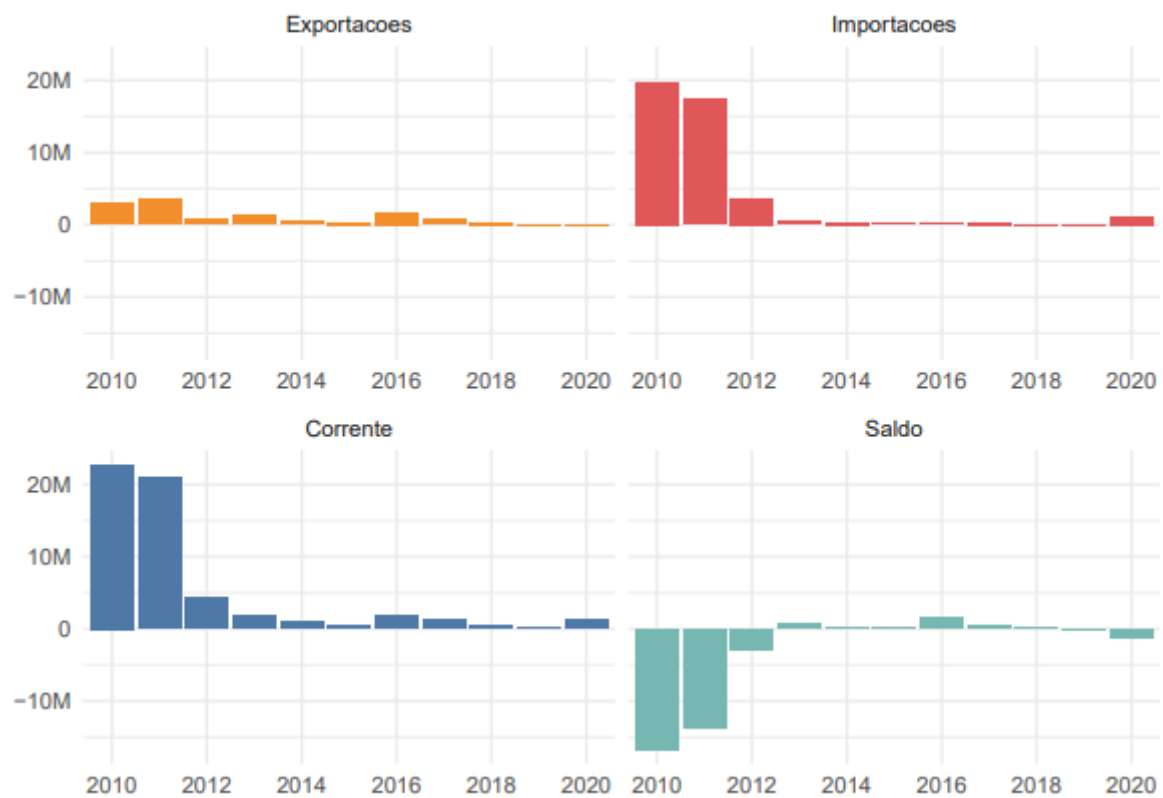
1978	É estabelecida a Embaixada do Brasil junto ao então Reino da Suazilândia, com residência em Maputo, Moçambique.
1993	O Príncipe Mbilini Dlamina, então Ministro de Obras e Construção, realiza visita oficial ao Brasil, ocasião em que manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e dos Transportes.
2009	Delegação suázi, chefiada pelo Ministro da Educação da Suazilândia, Wilson M. Ntshangase, participa da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), realizada em Belém do Pará.
2010	O Ministro da Agricultura da Suazilândia, Clement Dlamini participa do Diálogo Brasil-África em matéria de Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, realizado em Brasília.
2012	O Rei Mswati III visita o Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20.
2018	Cerimônia de celebração dos 50 anos da independência da Suazilândia, da qual participou o então chefe do Posto, embaixador Rodrigo de Lima Baena Soares. Na ocasião, o rei Mswati III anunciou que o nome oficial do país passou a ser Reino de Essuatíni.

ATOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Suazilândia	25/01/2008	Ratificado pelo Brasil. Em processo de ratificação pela outra parte

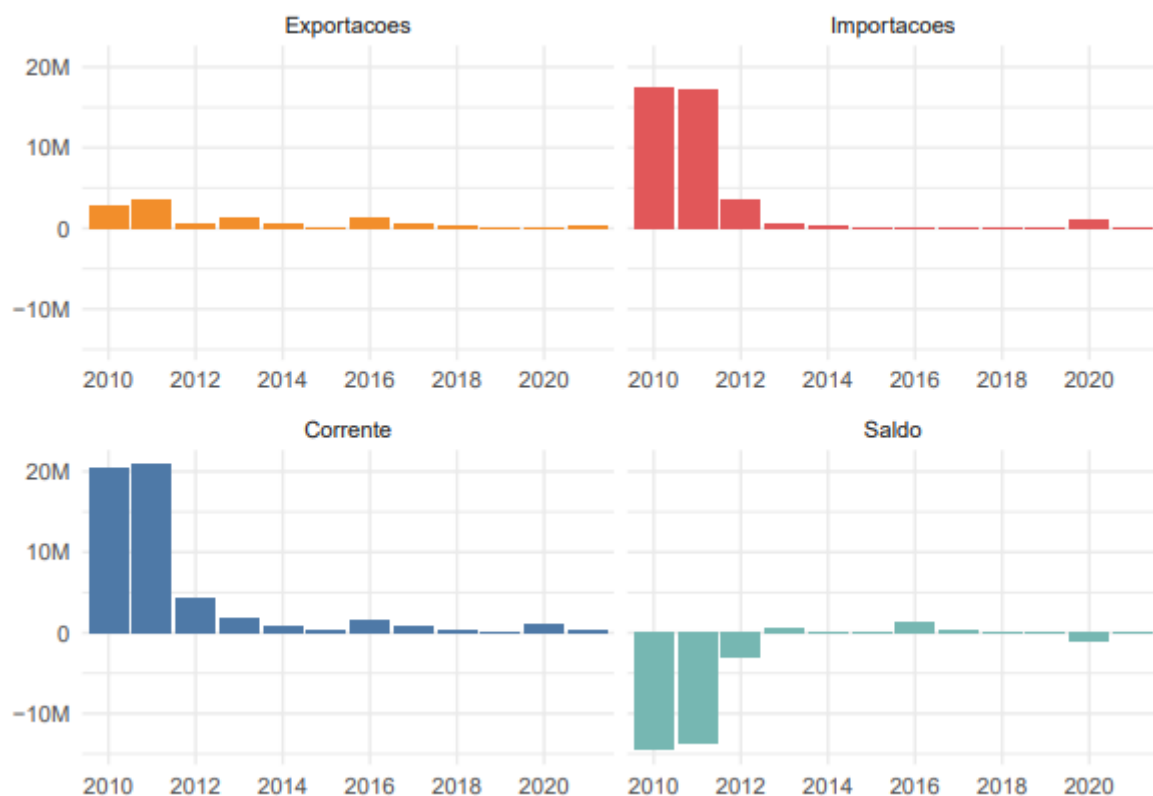
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Brasil–Suazilândia, Fluxo de Comércio até 2020



Fonte: Ministério da Economia

Brasil-Suazilândia, Fluxo de Comércio agregado até Outubro

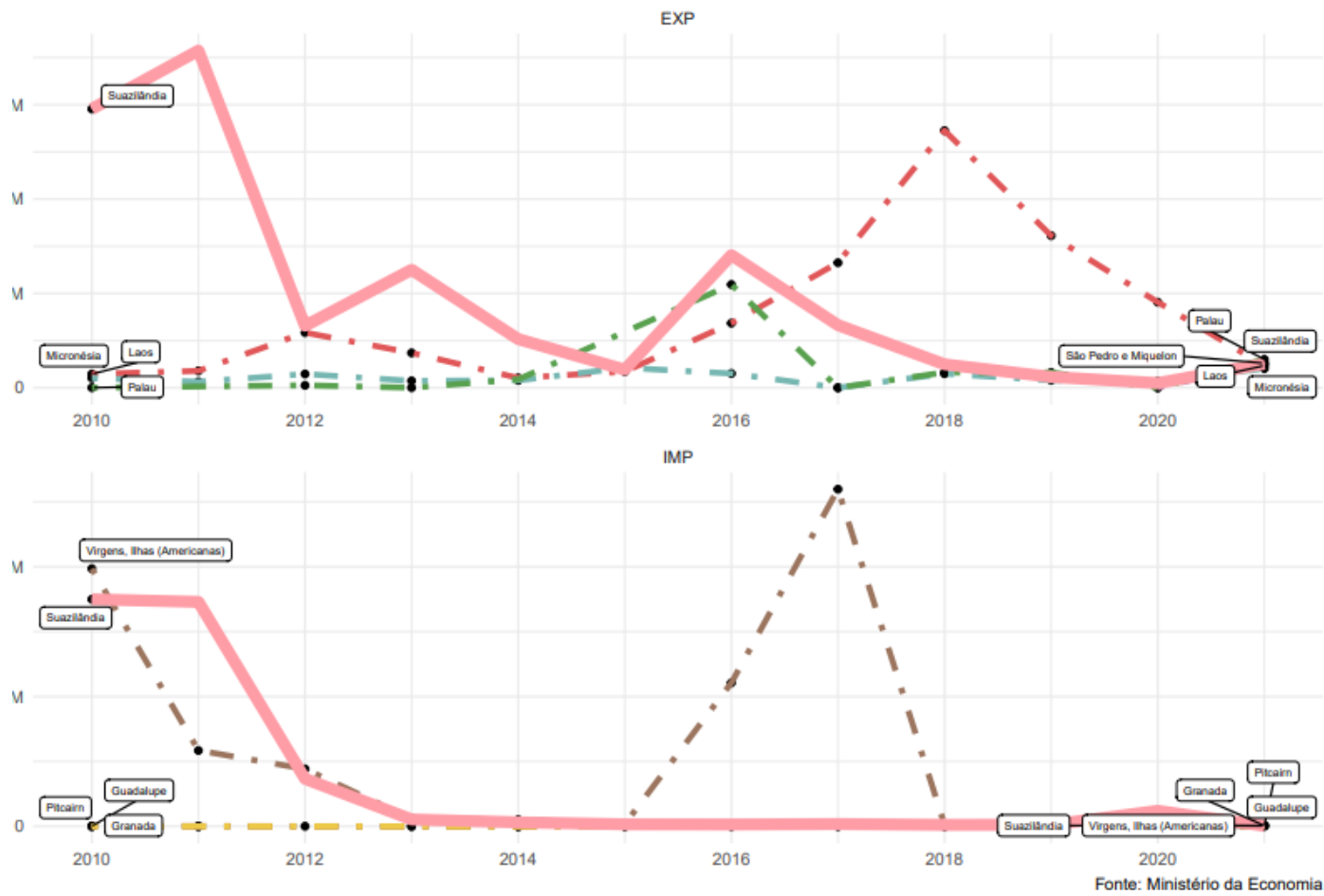


Fonte: Ministério da Economia

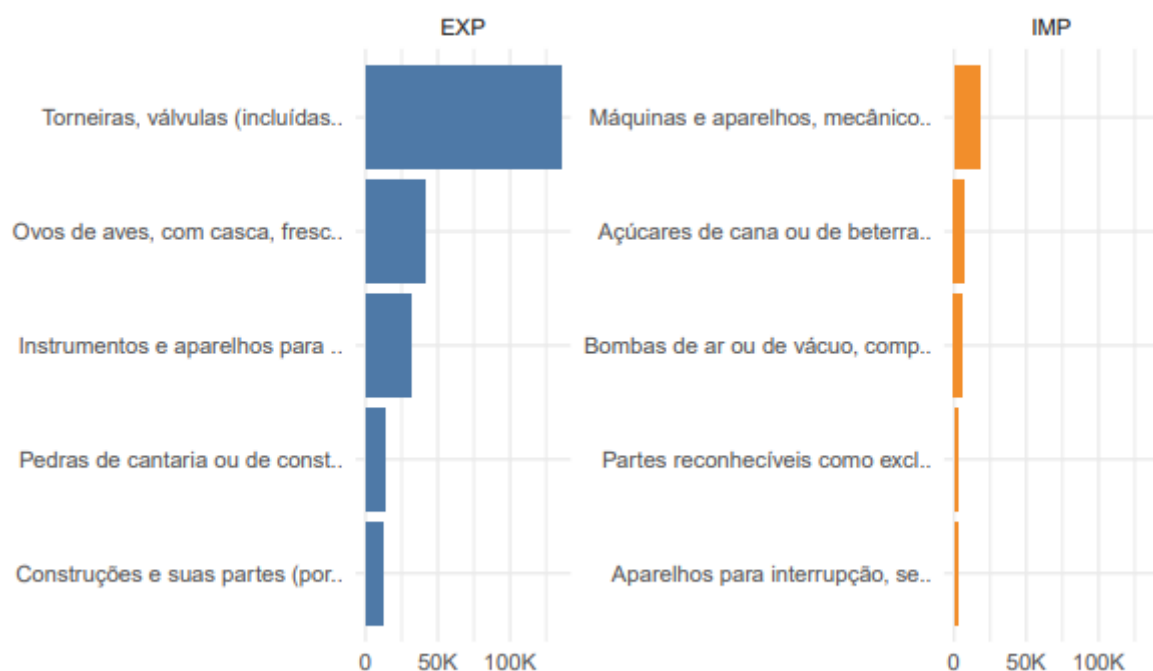
	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	255K (415.51%)	49K (-57.01%)	115K (-53.63%)	248K (-62.68%)	664K (-52.74%)
Importacoes	39K (-96.7%)	1M (909.1%)	118K (6.5%)	111K (-36.5%)	174K (24.0%)
Saldo	215K (-81.11%)	-1M (-37 942.14%)	-3K (-102.20%)	137K (-72.00%)	490K (-61.27%)
Corrente	294K (-76.29%)	1M (432.29%)	233K (-35.05%)	359K (-57.23%)	838K (-45.76%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	1M (633.33%)	192K (-62.85%)	516K (-58.75%)	1M (90.55%)	656K (-81.63%)
Importacoes	141K (-7.5%)	152K (-50.7%)	308K (-41.2%)	524K (-85.7%)	4M (-78.8%)
Saldo	1M (3 089.44%)	40K (-80.90%)	208K (-71.42%)	726K (-75.83%)	-3M (-121.91%)
Corrente	2M (349.89%)	344K (-58.30%)	824K (-53.57%)	2M (-58.91%)	4M (-79.30%)

Brasil–Suazilândia, evolução do comércio agregado até Outubro

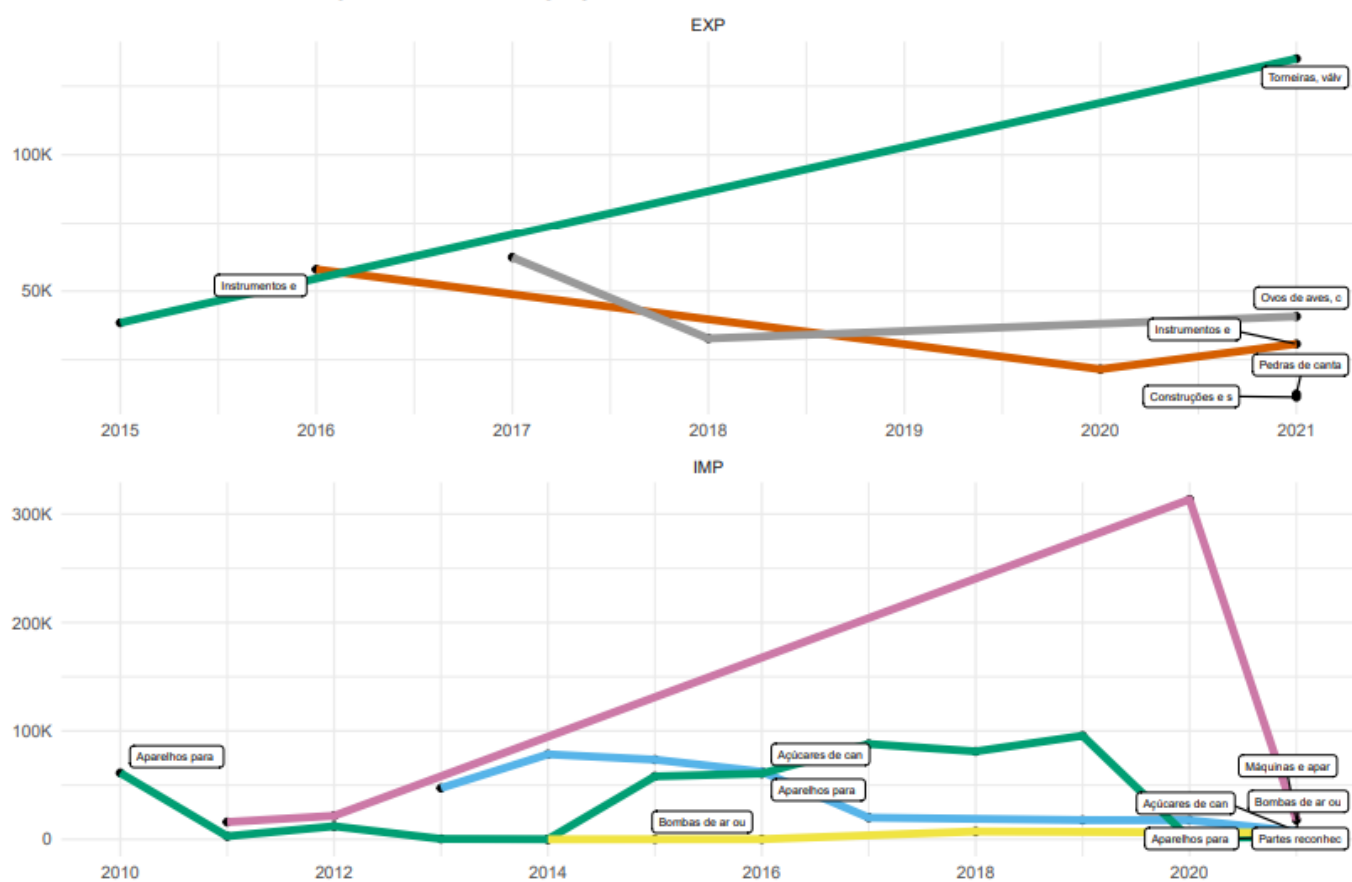


Brasil–Suazilândia, pauta comercial, 2021 até Outubro



Fonte: Ministério da Economia

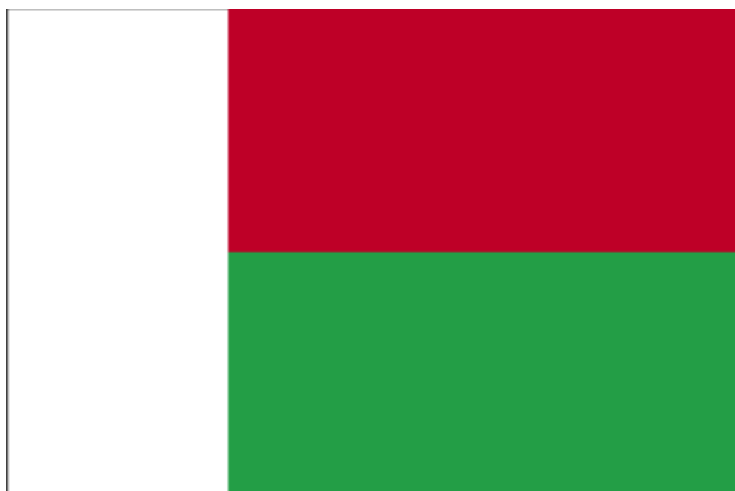
Brasil–Suazilândia, evolução do comércio, agregado até Outubro



Fonte: Ministério da Economia

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MADAGASCAR



OSTENSIVO

Dezembro de 2021

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República de Madagascar
GENTÍLICO:	Malgaxe
CAPITAL:	Antananarivo
ÁREA:	587.041 km ²
POPULAÇÃO:	26.291 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Malgaxe, Francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Protestante, Católica, Crenças Tradicionais
SISTEMA DE GOVERNO:	República Semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral. Assembleia Nacional Malgaxe composta de 151 membros eleitos para mandatos de 5 anos. Senado composto por 33 membros, sendo 22 eleitos nas províncias e 11 indicados pelo presidente, para mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO:	Andry Rajoelina (desde 19 de janeiro de 2019)
CHEFE DE GOVERNO:	Christian Ntsay (desde 6 de junho de 2018, reconduzido em 15 de agosto de 2021)
CHANCELER:	Patrick Rajoelina (desde 15 de agosto de 2021)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2021):	US\$ 14,19 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2019):	US\$ 45,25 bilhões (Banco Mundial)
PIB PER CAPITA (2021)	US\$ 498,68
PIB PPP PER CAPITA (2019)	US\$ 1.677
VARIAÇÃO DO PIB	2,9% (2021); -6,1% (2020); 4,4% (2019)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019):	0,528 (164ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019):	67 anos

ALFABETIZAÇÃO (2019):	74,8%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):	1,8% (https://tradingeconomics.com/)
UNIDADE MONETÁRIA:	Ariary (MGA)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	A ser designado (residente em Washington)
BRASILEIROS NO PAÍS:	20

APRESENTAÇÃO

A República de Madagascar localiza-se no sudeste do continente africano e seu território ocupa uma extensa ilha (a quarta maior do mundo, excluindo-se a Austrália) banhada pelo Oceano Índico. Historicamente, foi habitada por povos austronésios, povos bantos e outros grupos étnicos que se estabeleceram na ilha ao longo dos séculos, sendo o grupo dos Merinas o majoritário. No final do século XIX, a França derrotou os nobres de etnia merina e estabeleceu uma colônia na ilha, que só recuperaria a independência em 1960.

Dado o caráter insular do território, estima-se que 90% da vida selvagem do país seja exclusiva, não sendo encontrada em nenhum outro lugar do planeta. O avanço da ocupação humana tem gerado efeitos danosos no meio ambiente, sendo elevado o número de espécies em risco de extinção.

PERFIL BIOGRÁFICO

ANDRY RAJOELINA

Presidente da República



Nascido em 30 de maio de 1974, governou Madagascar entre 2009 e 2014.

Em sua primeira gestão, a economia malgaxe enfrentou sérias dificuldades, uma vez que os doadores tradicionais diminuíram o fluxo de recursos para Madagascar, em razão da ruptura da ordem democrática. Ainda assim, "DJ", como é localmente conhecido, logrou adotar medidas econômicas de forte apelo popular, como a concessão de subsídios para energia elétrica, combustível e alimentos. Ao longo daquele quinquênio, exerceu a presidência de maneira interina, à frente de "Alta Autoridade Transitória". Também em razão de pressão internacional, abriu mão de concorrer nas eleições presidenciais de 2013, quando conseguiu eleger o candidato de sua preferência. A popularidade angariada por Rajoelina garantiu seu retorno ao poder em Antananarivo.

PATRICK RAJOELINA
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nascido em 1954, na França, é historiador e foi professor, durante 20 anos, na Escola Superior de Jornalismo de Paris. Regressou a Madagascar em 2017.

Designado chanceler de Madagascar em agosto de 2021, exerceu o cargo, anteriormente, de conselheiro especial do presidente da República, de quem possui o mesmo sobrenome, embora sem parentesco.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Madagascar foram estabelecidas em 1996. A suspensão do país da União Africana (UA) em 2009, em razão de rupturas institucionais, levou à interrupção de projetos de cooperação incipientes. Somente com a plena reintegração de Madagascar à UA, em 27 de fevereiro de 2014, à luz dos resultados das eleições realizadas no país no final de 2013, as relações diplomáticas bilaterais voltaram à normalidade.

A ausência de embaixadas residentes em Brasília e em Antananarivo, entre outros motivos, tem concorrido para a manutenção do quadro de pouca densidade das relações bilaterais.

Além de restrições de viagens em vigor, observa-se que o governo daquele país tem dificultado a entrega de credenciais por embaixadores não residentes de diversas nacionalidades, possivelmente como estratégia para incentivar a abertura de representações estrangeiras em Antananarivo. Nesse contexto, entre os últimos seis embaixadores designados pelo Brasil junto a Madagascar, quatro não conseguiram apresentar credenciais.

Ainda que sem viabilizar a aproximação política na esfera da representação, o governo de Madagascar respondeu bem às principais gestões substantivas, realizadas pela Embaixada em Maputo, em prol de assuntos de interesse do Brasil. Nesse sentido, o governo malgaxe reagiu com alguma agilidade a solicitações apresentadas pelo posto para apoio a pleitos brasileiros em fóruns internacionais, havendo manifestado oficialmente apoio ao Brasil quando das exitosas candidaturas ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (junho de 2021) e a duas instâncias no âmbito da União Postal Universal (UPU), em agosto de 2021, a saber, ao Conselho de Operações Postais e ao Conselho de Administração.

Caberia assinalar igualmente que, apesar das dificuldades de aproximação entre os dois países, o comércio bilateral tem sido superavitário para o Brasil.

Em setembro de 2017, o embaixador do Brasil em Madagascar, residente em Maputo, participou da Feira Internacional de Agricultura, realizada em Antananarivo. À margem do evento, foi recebido pelo então presidente Hery Rajaonarimampianina, que solicitou apoio do Brasil para o desenvolvimento da agropecuária malgaxe.

Não existe acordo de cooperação técnica bilateral, e não há registro de ações de projetos e ações simplificadas de parte do governo brasileiro em favor de Madagascar. No que toca à cooperação humanitária, o Brasil registra doação, em 2012, de 2.150 toneladas de arroz, com valor declarado de US\$ 1.015.973,00, e 292 toneladas de feijão, com valor declarado de US\$ 261.216,87, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Assuntos Consulares

Nos últimos anos, a Embaixada em Maputo monitorou a situação de cerca de vinte nacionais brasileiros residentes em Madagascar, sendo um terço do sexo feminino e ao menos dois menores de idade. Um empresário brasileiro, Anivaldo de Jesus, estabelecido no país há algum tempo, teve seu nome proposto como cônsul honorário em Antananarivo. Duas brasileiras são missionárias associados à Igreja Católica e seis brasileiros estão vinculados à Igreja Universal do Reino de Deus. Não se tem notícias de mais brasileiros naquele país em caráter permanente.

Em 2019, o posto apoiou, inclusive com envio de missão consular, a repatriação (após o cumprimento de pena) de brasileira que se encontrava detida em Madagascar por tráfico internacional de entorpecentes. Em 2020, durante a pandemia, foi prestado apoio para que uma veterinária e quatro médicos brasileiros retidos no país pudessem retornar ao Brasil ou a seus países de residência.

Após dois anos de gestões, o governo de Madagascar concordou com a criação, em fins de 2020, de um Consulado Honorário do Brasil em Antananarivo, com jurisdição sobre todo o território malgaxe. Portaria com a criação da repartição honorária foi publicada no Brasil em 21 de dezembro de 2020.

POLÍTICA INTERNA

Tendo servido como entreposto comercial para árabes, desde o século VII, Madagascar passou a servir de entreposto também para europeus, a partir do século XVII, com a França assumindo o controle absoluto sobre o território em 1895-96. Revoltas nacionalistas iniciadas em 1947 provocaram a reforma das instituições, em 1956, sob a Lei de Reforma de Ultramar, e Madagascar caminhou pacificamente em direção à independência, obtida em 1960.

Em 1972, um golpe militar estabeleceu um regime coletivista e, três anos depois, o capitão Didier Ratsiraka tomou o poder, governando o país entre 1975 e 1993.

Pressões da oposição forçaram Ratsiraka a promover a abertura política. Como resultado, em 1992 foi aprovada uma nova Constituição e realizaram-se eleições presidenciais, vencidas pelo oposicionista Albert Zafy. O novo governo desregulamentou a economia e iniciou privatizações para cumprir exigências do Fundo Monetário Internacional. Nas eleições de 1996, o ex-ditador Ratsiraka venceu Zafy e assumiu o poder no ano seguinte.

O crescimento da oposição ao regime liderado por Ratsiraka concentrou-se em torno do então prefeito de Antananarivo, Marc Ravalomanana. Em dezembro de 2001, ambos concorreram às eleições gerais.

O resultado da eleição presidencial foi controverso e ambos os candidatos reivindicaram a vitória. O Ministro do Interior declarou Ratsiraka vitorioso, mas seu opositor contestou os resultados. Em abril de 2002, a Corte Constitucional proclamou o prefeito da capital como vencedor. E em julho, Ratsiraka e vários de seus seguidores, sem apoio internacional, fugiram do país e exilaram-se na França.

Após o final da crise política de 2002, o Presidente Ravalomanana começou seu projeto de reformas econômicas, pelo qual pregava o "desenvolvimento rápido e duradouro" do país, e o lançamento da campanha de luta contra a corrupção. Em 2006, Ravalomanana reelegeu-se em primeiro turno para novo mandato de cinco anos.

Nova crise política teve início em janeiro de 2009, quando a oposição, liderada pelo então prefeito da capital Antananarivo, Andry

Rajoelina, lançou uma série de grandes manifestações e uma greve geral dirigidas contra o governo do Presidente Marc Ravalomanana.

Antananarivo foi tomada por saques, incêndios e pânico, os quais, em seguida, se espalharam pelo país. Instalou-se sério impasse, que culminou com intervenção das Forças Armadas e a deposição do Presidente Marc Ravalomanana, que buscou refúgio na África do Sul. O poder foi passado a Rajoelina como chefe de uma “Autoridade Nacional de Transição” (HAT), ato convalidado pelo Parlamento e pela Corte Constitucional.

O novo governo malgaxe, porém, não foi reconhecido internacionalmente, tendo o país sido suspenso da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da União Africana. Iniciou-se, então, longo período marcado por uma sucessão de tentativas de mediação internacional e nacional entre Rajoelina e seus principais opositores – os três ex-presidentes Marc Ravalomanana, Didier Ratsiraka e Albert Zafy.

O ex-Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, foi nomeado mediador da SADC. Após diversas tentativas, logrou-se consenso, em 2011, em torno de um "Mapa do Caminho", pelo qual as autoridades transitórias se comprometeram com a criação das condições necessárias para o retorno ao país de cidadãos malgaxes em exílio por razões políticas, inclusive o Presidente deposto, Marc Ravalomanana, bem como com a realização de eleições.

As eleições, inicialmente previstas para 2012, foram finalmente realizadas no final de 2013, após acordo pela retirada de candidaturas inicialmente apresentadas por Rajoelina, pela esposa de Ravalomanana e por Ratsiraka. Apoiado por Rajoelina, Hery Rajaonarimampianina (sem partido) venceu o segundo turno com 53,3% dos votos, contra 46,5% de Jean-Louis Robinson, apoiado por Ravalomanana.

Ao longo do período de exceção, entre 2009 e final de 2013, Madagascar sofreu com a implementação de sanções por parte da comunidade internacional e viu retirados fundos externos que beneficiavam o país. O prolongamento da incerteza institucional levou à acentuada piora dos indicadores econômicos e sociais do país.

Não obstante a realização de eleições reconhecidas internacionalmente, persistem focos de tensão política. Em outubro de 2014, Marc Ravalomanana foi detido em Antananarivo, depois de retornar

clandestinamente ao país e convocar conferência de imprensa na qual questionou a legitimidade do Governo eleito. Ravalomanana permaneceu em prisão domiciliar até maio de 2015. Depois de liberado, retornou às suas atividades empresariais, tendo sido posteriormente eleito para a presidência do partido TIM (“Tiako I Madagasikara”, isto é, “Eu amo Madagascar”).

Evolução recente e perspectivas

Embora a eleição de Rajaonarimampianina tenha colocado termo temporário à instabilidade institucional, nos últimos anos a situação política em Madagascar voltou a se deteriorar. Em abril de 2018, protestos violentos eclodiram na esteira da aprovação, por margem estreita, de três projetos de lei sobre as eleições gerais previstas para o fim daquele ano.

A Alta Corte Constitucional de Madagascar (HCC) considerou inconstitucionais vários dispositivos da nova legislação eleitoral. Os partidos de oposição, em resposta, apresentaram à Corte pedido de destituição do governo Rajaonarimampianina. O tribunal acolheu o pedido da oposição e deu prazo de dez dias para o presidente formar novo governo de união nacional.

A decisão da HCC e a nomeação de Ntsay representaram um golpe contra as aspirações eleitorais do presidente Rajaonarimampianina, que, no início de 2018, havia anunciado sua candidatura à reeleição.

Em janeiro de 2019, a Alta Corte Constitucional do país confirmou a vitória de Andry Rajoelina nas eleições presidenciais. Ex-presidente interino entre 2009 e 2014, Rajoelina voltou ao poder pela via democrática. Após a decisão do tribunal, o mandatário emitiu declaração em tom conciliatório, reduzindo a tensão com Marc Ravalomanana, candidato derrotado e seu principal adversário político. Rajoelina tomou posse em 18 de janeiro de 2019.

Após período de otimismo da população com o novo governo, a partir de 2020, o presidente tem enfrentado desafios em sua popularidade em razão da difícil situação econômica do país, da gestão da pandemia de Covid-19 pelo governo e da repressão a movimentos de protesto ocorridos ao longo de 2020 e 2021. Esse quadro político-econômico culminou em alegadas tentativas de golpe contra o governo em 2021, em cujo contexto de crise o presidente Rajoelina demitiu todos os 25 ministros, vice-ministros e secretários de estado.

Na apresentação do novo gabinete – agora com 32 nomes em função do desmembramento de algumas pastas –, foram indicados 22 novos ministros e anunciadas dez reconduções. Entre os novos indicados, destacam-se a ministra das Finanças, Rindra Hasimbelo Rabarinirinarison, ex-presidente da Comissão de Compras Governamentais, e o chanceler, Patrick Rajoelina, que, até então, ocupava o cargo de conselheiro especial do presidente (com quem compartilha o sobrenome, apesar de não guardar parentesco).

Poder Legislativo

Madagascar conta com um parlamento bicameral. A Assembleia Nacional é composta por 151 assentos, com membros eleitos pelo voto popular para mandatos de cinco anos, e o Senado é integrado por 33 membros, sendo 22 eleitos por cada uma das 22 regiões e os 11 restantes indicados pelo Presidente, também com mandatos de cinco anos.

POLÍTICA EXTERNA

A partir de 1997, o processo de globalização encorajou o governo do Presidente Didier Ratsiraka a aderir a políticas econômicas liberais e a procurar inserção nos mercados mundiais. O relacionamento externo refletiu essa tendência, embora o isolamento físico de Madagascar e sua tradicional orientação insular limitem suas atividades no âmbito das organizações econômicas regionais e as relações com seus vizinhos da África Oriental.

Madagascar, historicamente percebida como estando à margem dos principais temas africanos, retornou à União Africana em julho de 2003, depois de um hiato de 14 meses, causado pela crise política de 2002. Desde a independência, o país goza de estreitas relações com seus vizinhos insulares (Maurício, Reunião, Seicheles e Comores), além de sempre ter sido particularmente ativo na Comissão do Oceano Índico, organização internacional voltada para a cooperação dos países da região. As relações com a França (seu principal parceiro político e econômico), Alemanha, Reino Unido e Suíça, bem como com a Rússia, Japão, Índia e China, também se caracterizam pela maior intensidade, em comparação com os vizinhos continentais.

O advento da crise política, em 2009, alterou os rumos da política externa malgaxe, dando início a cinco anos de sanções e intensa participação da União Africana e, sobretudo, da SADC, nas negociações com vistas à normalização da política interna no país. As eleições de 2013 levaram ao levantamento de sanções e à retomada da participação nos organismos dos quais o país havia sido suspenso (União Africana, SADC, Organização Internacional da Francofonia). O FMI e a União Europeia retomaram o apoio financeiro ao país em meados de 2014, e os EUA restauraram, a partir de janeiro de 2015, a participação malgaxe no *African Growth and Opportunity Act* (AGOA), programa que oferece acesso preferencial ao mercado norte-americano para países africanos selecionados.

Nos últimos anos, tema de destaque no âmbito da inserção internacional de Madagascar tem sido a reiteração, junto à França, da reivindicação de soberania sobre as chamadas “Ilhas Esparsas” (cinco ilhas desabitadas no oceano Índico, quatro delas no canal de Moçambique). O arquipélago, disperso no oceano Índico, foi reconhecido por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas como arbitrariamente separado de Madagascar à época de sua independência, mas permanece sob controle francês. Em governos anteriores, Antananarivo parecia evitar ressuscitar o pleito de forma mais contundente, possivelmente por temer animosidades na relação com a França, de onde provêm vultosos recursos de cooperação e ajuda ao desenvolvimento. Em face da resistência francesa, as reivindicações de soberania malgaxe sobre aquele arquipélago nunca avançaram.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Conjuntura Econômico-Comercial

Um dos mais pobres do mundo, Madagascar não foge ao padrão de grande parte dos países da África subsaariana, qual seja, de economia baseada em *commodities* e com reduzido índice de desenvolvimento social.

A economia do país é, em larga medida, baseada na agricultura, na pecuária bovina e na pesca. Detentor de aproximadamente 70% da força de trabalho, o setor primário ainda é predominantemente rudimentar, carecendo de ganhos de competitividade e de escala em diversos setores,

razão por que o país é muito dependente de doações externas. Antes do desencadeamento da crise política de 2009, cerca da metade das receitas governamentais provinham dessa fonte de recursos, reduzidas ou mesmo interrompidas pela crise institucional. O acesso privilegiado de mercadorias malgaxes a alguns mercados, como é o caso dos EUA, foi igualmente prejudicado após o golpe. A restauração do acesso preferencial ao mercado norte-americano em 2015, ao amparo do AGOA, ajudou a revigorar as exportações de têxteis.

A pandemia de Covid-19 prejudicou a trajetória de crescimento econômico sustentado desde o retorno à ordem constitucional, em 2013. Após expansão de 4,4% do PIB em 2019, o país entrou em recessão em 2020, com redução de 4% da atividade econômica.

Os setores de manufatura, mineração e serviços foram os mais atingidos em decorrência das medidas restritivas. O déficit em conta corrente deteriorou-se para 3,5% do PIB em 2020, contra 2,3% em 2019, sobretudo em razão de queda nas exportações, nas receitas advindas do turismo internacional e do investimento estrangeiro direto. A receita tributária caiu, ao passo que os gastos governamentais aumentaram significativamente. Como resultado, o déficit orçamentário elevou-se de 1,4% do PIB em 2019 para 6,3% em 2020.

Para além do impacto negativo da pandemia, enchentes no norte do território malgaxe e seca prolongada ao sul aprofundaram a recessão econômica. Madagascar é especialmente vulnerável a fenômenos climáticos extremos, tendo registrado mais de 50 desastres naturais nos últimos 35 anos. No ano de 2021, a região sul do país foi duramente atingida pela pior seca dos últimos 40 anos – fenômeno que, de acordo com relatório das Nações Unidas, está intimamente ligado às mudanças climáticas globais.

Em março de 2021, o Conselho Executivo do FMI aprovou novo crédito de US\$ 320 milhões em 40 meses para Madagascar ("Extended Credit Facility"). O acordo foi elaborado com base em taxa de crescimento projetada de 3,2% em 2021 e 5% em 2022, indicando a expectativa de que, diminuídas as restrições relacionadas à Covid-19, o país deverá recuperar o caminho do crescimento econômico. Entre as prioridades do acordo com o Fundo, estão o aumento da receita pública, o aumento significativo dos gastos sociais e a melhoria da transparência do orçamento, a fim de restaurar a confiança entre doadores, investidores e a população.

Comércio

O comércio exterior malgaxe está concentrado em número limitado de produtos agrícolas e minerais. Os principais itens exportados são baunilha, níquel, titânio e camarões. A baunilha corresponde a quase 30% da pauta exportadora do país, que detém, praticamente, o monopólio da produção mundial do produto.

O Brasil acumula superávits com Madagascar, embora a corrente total de comércio seja pouco expressiva. Em 2021, as importações brasileiras do país somaram US\$ 2,5 milhões, e as exportações, US\$ 40,9 milhões, dos quais mais de 80% correspondem à venda de açúcar.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1880-1905	França consolida o domínio sobre Madagascar.
1910-20	Cresce o nacionalismo malgaxe.
1946	Madagascar torna-se Território Ultramarino.
26/06/1960	Independência. Philibert Tsiranana presidente.
Junho de 1975	O Comandante Didier Ratsiraka é nomeado chefe de Estado após golpe. O país é renomeado República Democrática de Madagascar e Ratsiraka é eleito presidente.
1992	Sob pressão popular, Ratsiraka introduz reformas democráticas. Nova Constituição é aprovada por referendo.
1993	Albert Zafy eleito presidente.
1996	Impedimento de Zafy. Ratsiraka retorna à presidência.
Maio de 2001	Senado volta a funcionar depois de 29 anos.
Dezembro de 2001	Após o primeiro turno das eleições, o candidato da oposição, Marc Ravalomanana, proclama sua vitória e afirma não haver necessidade de segundo turno.

Fevereiro de 2002	Ravalomanana declara-se presidente. Ratsiraka não admite derrota.
Abril de 2002	A Corte Constitucional declara Ravalomanana vitorioso nas eleições de dezembro, após recontagem dos votos. Ratsiraka não acata decisão judicial.
Julho de 2002	Ratsiraka exila-se na França, terminando o impasse político.
Dezembro de 2002	O partido de Ravalomanana consegue maioria parlamentar.
Outubro de 2004	O BIRD e o FMI cancelam cerca de metade da dívida de Madagascar (US\$ 2 bilhões).
Dezembro de 2006	Marc Ravalomanana reelege-se presidente.
Julho de 2007	O Presidente Ravalomanana dissolve o Parlamento.
Março de 2009	Deposição de Ravalomanana pelas Forças Armadas. Rajoelina passa a exercer a Chefia de Estado enquanto cumpre a função de Presidente da Autoridade de Transição (HAT).
Out/Dez de 2013	Realização de eleições presidenciais e legislativas
Janeiro de 2014	Inauguração do mandato do Presidente Hery Rajaonarimampianina
Abril/Maio de 2018	Fortes protestos forçam a renúncia do primeiro-ministro e a formação de novo gabinete de ministros
Janeiro de 2019	Inauguração do mandato do Presidente Andry Rajoelina

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Outubro de 1996	Estabelecimento de relações bilaterais. Brasil passa a manter Embaixada cumulativa com a missão em Maputo.
Janeiro de 2009	O Governo brasileiro não reconhece Governo instalado após golpe de estado.
Janeiro de 2014	Relações normalizadas, após a inauguração de Governo legítimo.

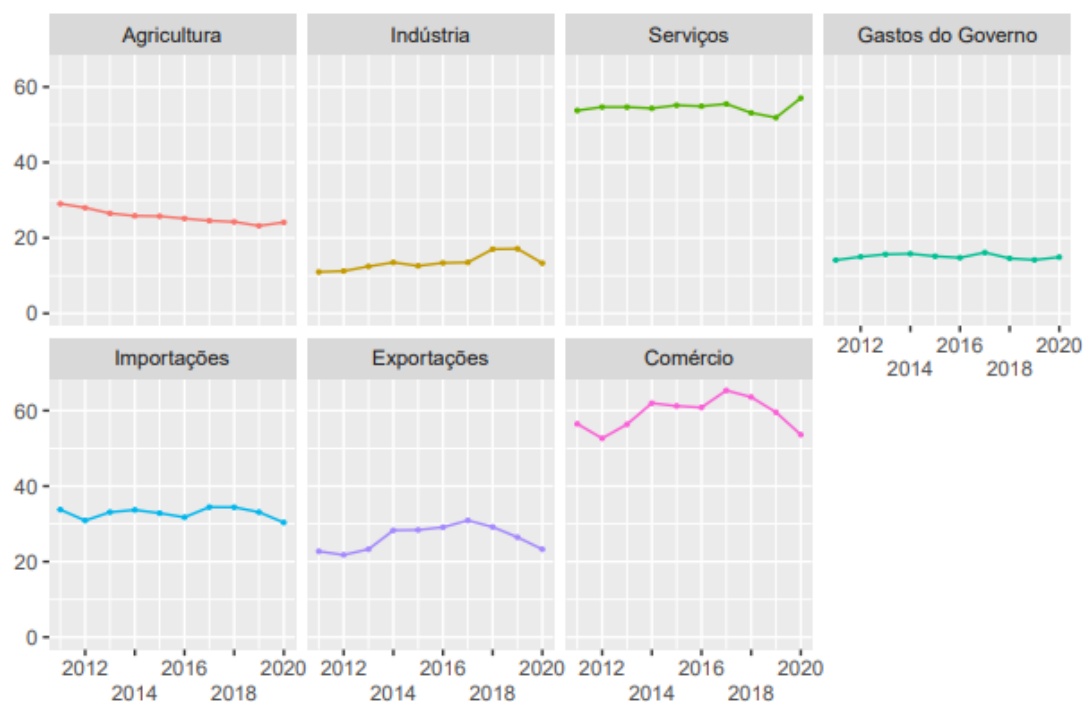
ATOS BILATERAIS

Não há atos bilaterais assinados entre Brasil e Madagascar.

DAF II, 01/12/2021

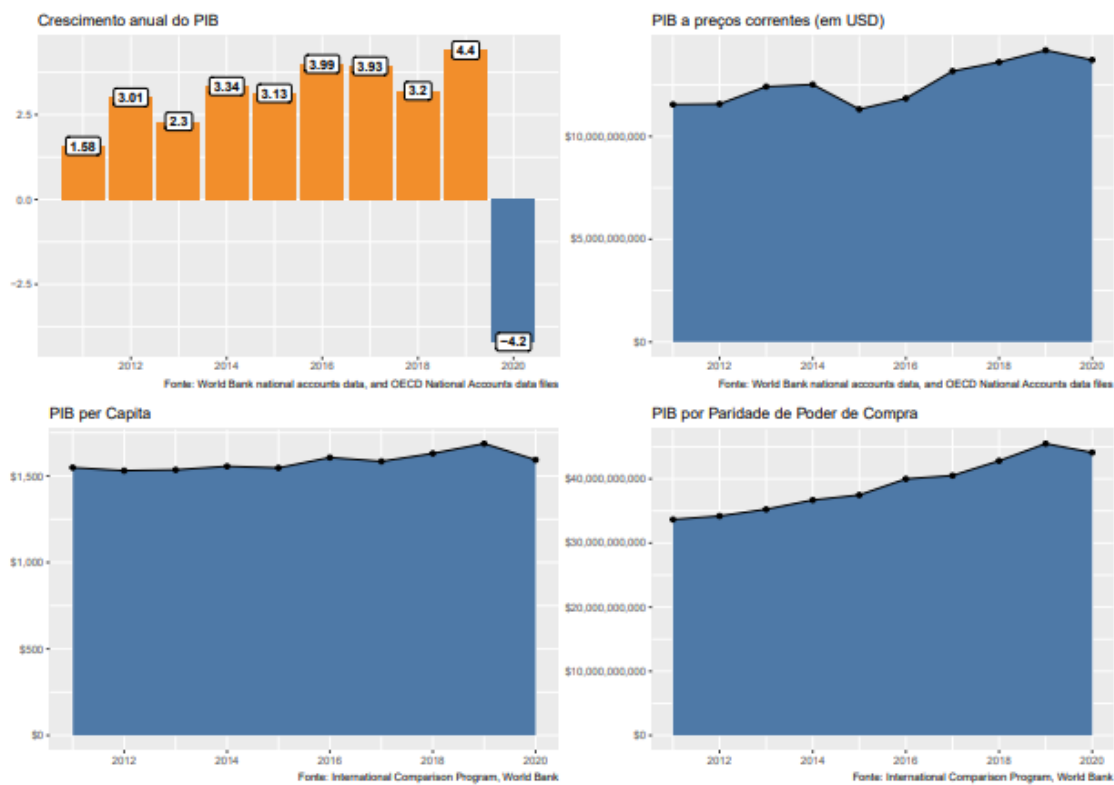
DADOS ECONÔMICOS

Estrutura da Economia em Proporção do PIB

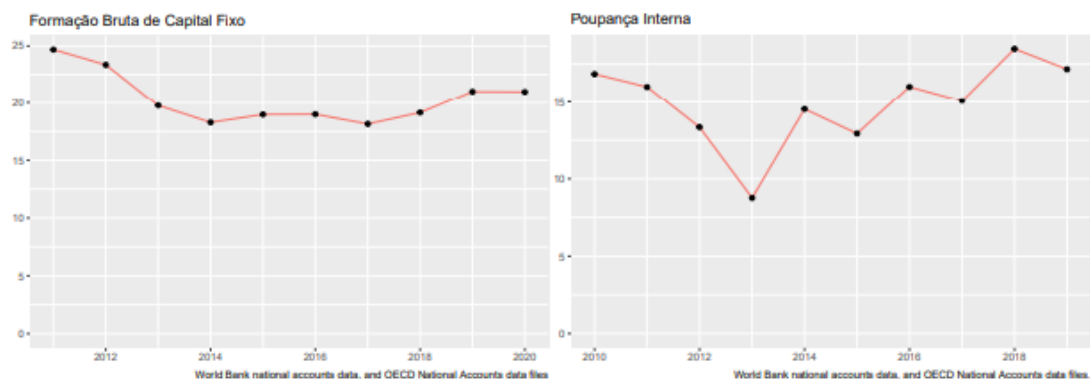


Fonte: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files

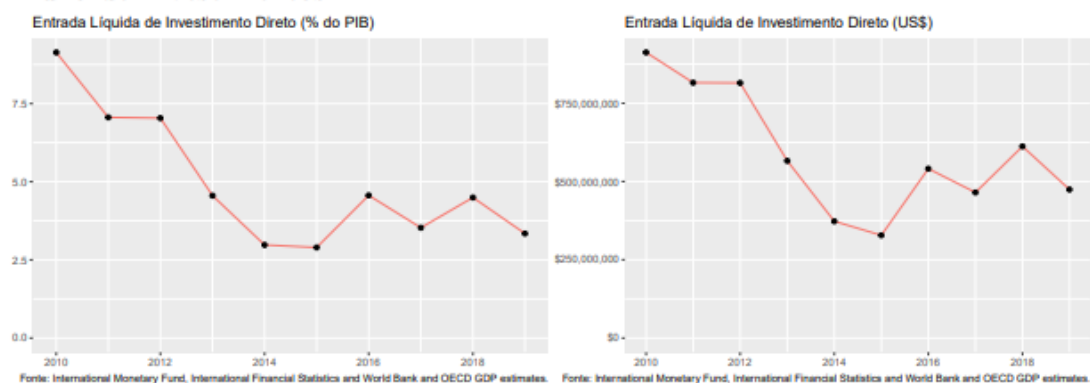
Produto Interno Bruto



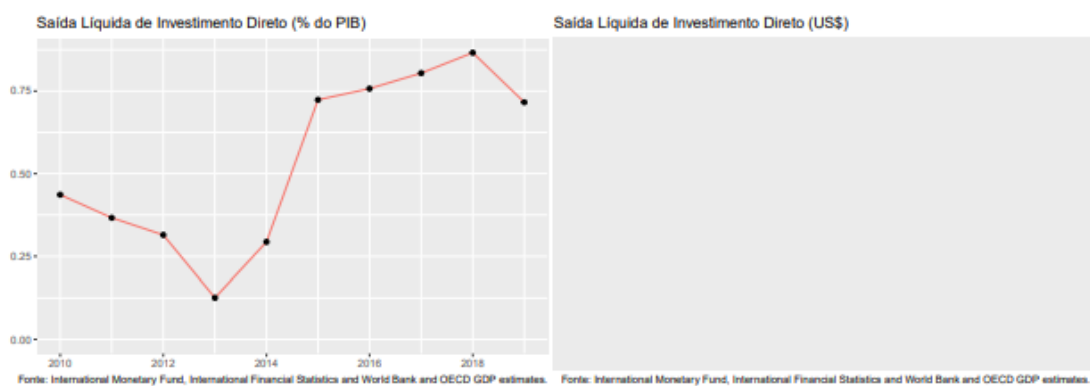
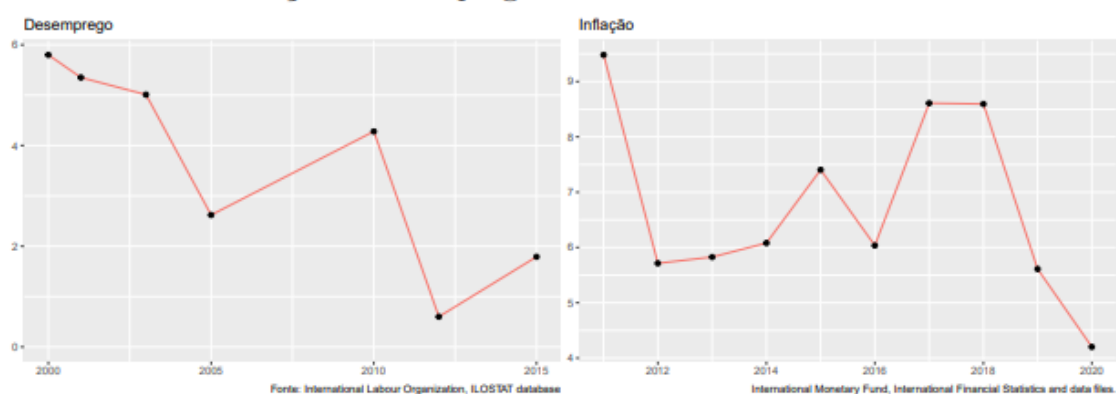
Indicadores de Investimento

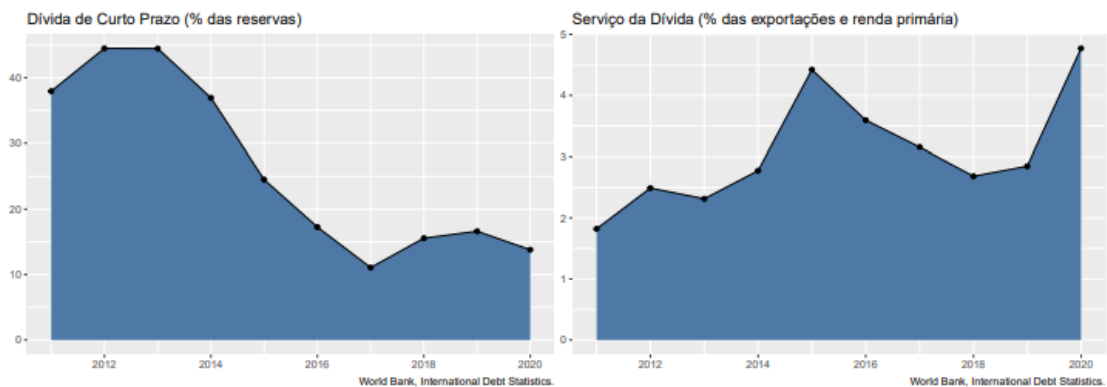


Fluxo de Investimentos

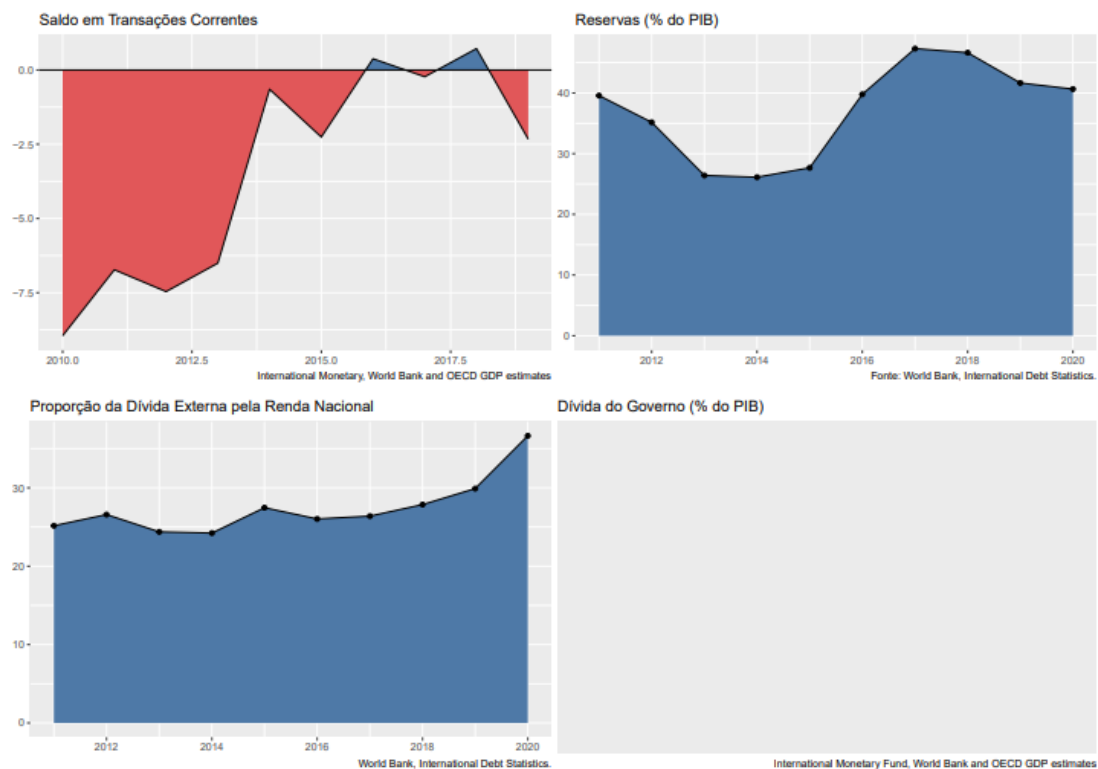


Indicadores de Inflação e Desemprego

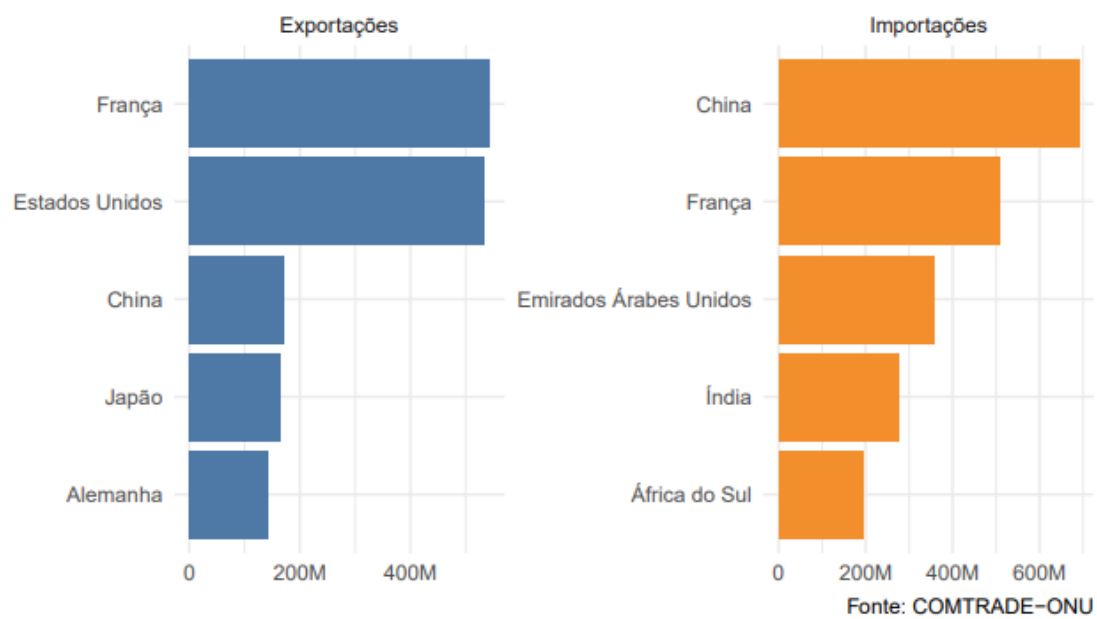




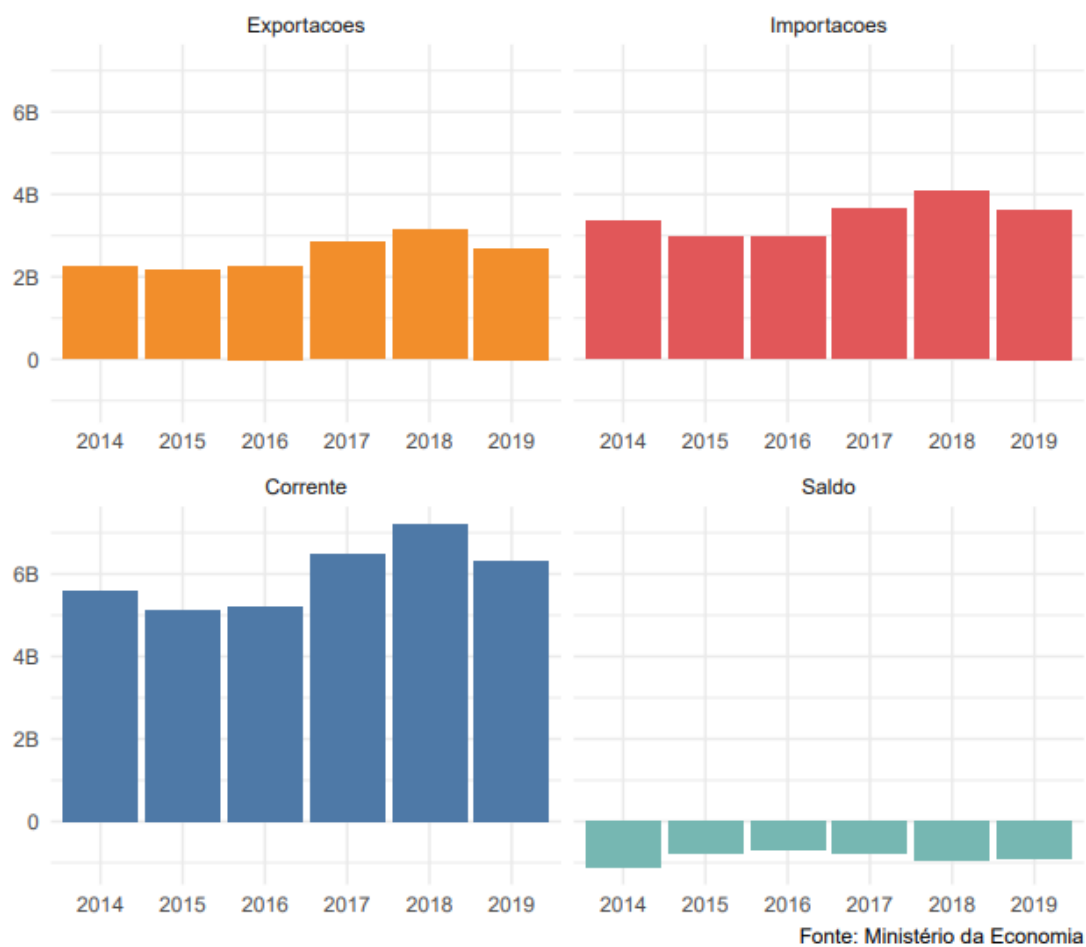
Indicadores de Solvência Externa



Madagascar-Mundo, principais parceiros comerciais em 2019



Madagascar-Mundo, Fluxo de Comércio até 2019



Madagascar-mundo, principais produtos comercializados

